

Companhia Brasileira de Distribuição

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2017 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre a Revisão das
Demonstrações Financeiras*

Ernst & Young Auditores Independentes

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo” ou “GPA”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”, “Minimercado Extra”, “Assaí” e shoppings de vizinhança “Conviva”. As atividades varejistas relacionadas aos segmentos de eletroeletrônicos e e-commerce estão apresentadas como operações descontinuadas (vide nota explicativa nº32), e representam as lojas sob as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de “e-commerce” “Casasbahia.com”, “Extra.com”, “Pontofrio.com”, “Barateiro.com”, “Partiuviagens.com”, “Cdiscount.com”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão), sob o código “PCAR4”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código “CBD”.

A Companhia é controlada indiretamente pelo Almacenes Éxito S.A., através da Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”), tendo como controlador final o Casino Guichard Perrachon (“Casino”), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris.

1.1 Arbitragem e Ofício CVM sobre Morzan

Em 14 de agosto de 2015, a Câmara Internacional de Arbitragem - CCI emitiu sentença sobre o Procedimento Arbitral, condenando solidariamente CBD e sua controladora direta Wilkes a indenizar a Morzan Empreendimentos e Participações S.A. (“Morzan”), antigo controlador de Globex Utilidades S.A. Tal decisão foi aditada em 27 de janeiro de 2016, sem alterações significativas. O valor desta obrigação, no montante de R\$233, incluindo custas processuais, foi integralmente liquidado em 1 de abril de 2016.

Em 25 de outubro de 2016, a Companhia recebeu ofício da Superintendência de Registro de Valores Mobiliários (“SRE”) da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) determinando que a Companhia efetuassem o pagamento de valor adicional equivalente a 80% do valor efetivamente pago à Morzan a título de indenização aos demais acionistas de Globex Utilidades S.A. que aderiram ao Contrato de Compra de Ações que culminou na alienação do controle da Globex para a Companhia ou escolhessem, no âmbito de sua OPA, a opção de pagamento mista, conforme definida no edital da oferta pública para aquisição de ações realizada pela Companhia em 4 de janeiro de 2010. A Companhia apresentou recurso ao Colegiado da CVM e obteve efeito suspensivo da decisão, sobre tal indenização que tinha valor estimado de R\$150 e possibilidade de perda avaliada como possível.

Em 3 de outubro de 2017, o Colegiado da CVM apreciou o recurso apresentado pela Companhia e decidiu, por unanimidade, pela reforma integral da Decisão da SRE, por entender que a CVM não poderia estender a indenização prevista na Sentença Arbitral aos acionistas minoritários da Globex, conforme prevê o Código de Processo Civil, em sintonia com as garantias constitucionais. Tendo em vista a decisão final e favorável do Colegiado da CVM, foi definitivamente encerrada perante a CVM qualquer discussão sobre essa indenização.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

1.2 Movimentações Societárias em 2016

1.2.1 Reorganização societária de Barcelona, Sendas e Xantocarpa

Em 27 de abril de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da CBD, a incorporação de parte do acervo líquido de Sendas Distribuidora. De forma a concentrar as atividades operacionais do segmento de atacado de autosserviço em uma única entidade e prover melhor eficiência operacional e financeira, foram realizadas as seguintes movimentações societárias:

(i) Resgate de ações Barcelona

Foi aprovado em 22 de fevereiro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, o resgate da totalidade das ações preferenciais de emissão da Barcelona, que correspondem a 3.722.470 ações detidas pela Novasoc, pelo valor contábil de R\$160. A transação não gerou impactos nos saldos consolidados da Companhia.

(ii) Incorporação total de Barcelona

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2016 foi aprovada a incorporação da Barcelona por Sendas.

Em 30 de abril de 2016 os ativos e passivos da Barcelona foram integralmente vertidos a Sendas, sendo Barcelona extinta. Como resultado da Incorporação, o capital social de Sendas aumentou em R\$800, valor da diferença do total do Patrimônio Líquido da Barcelona subtraído do investimento detido por Sendas em Barcelona, mediante emissão de novas ações.

(iii) Cisão parcial de Sendas

Ainda na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2016 foi aprovada a cisão da Sendas. Em 30 de abril de 2016, após a incorporação total e extinção da Barcelona, Sendas foi parcialmente cindida e incorporada à CBD. O valor do acervo cindido foi de R\$2, a seguir resumido:

Ativo circulante	948
Ativo não circulante	669
Total do ativo	1.617
Passivo circulante	1.608
Passivo não circulante	7
Total do passivo	1.615
Acervo líquido incorporado	2

(iv) Em agosto de 2016 houve a incorporação total e consequente extinção da Xantocarpa Participações por Sendas Distribuidora.

O resultado dessa reorganização não gerou efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, já que se tratam de subsidiárias integrais da Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

1.2 Movimentações Societárias em 2016 – Continuação

1.2.2 Alienação de postos de combustíveis

Em 31 de janeiro de 2016, a Companhia concluiu a venda das entidades Auto Posto Império Ltda., Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda., Auto Posto Duque Santo André Ltda., Auto Posto Duque Lapa Ltda., e Auto Posto Ciara Ltda., para Rede Duque, referente ao contrato anteriormente assinado em 1º de dezembro de 2015. O valor firmado no contrato foi de R\$8.

A Companhia não apurou ganhos ou perdas com a operação.

1.3 Ofícios da CVM ao GPA e sua subsidiária Via Varejo

Em 18 de fevereiro de 2016, a subsidiária Via Varejo recebeu da CVM o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) quanto a certas transações e registros contábeis relacionados às operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013. Em decorrência dos efeitos reflexos verificados em suas demonstrações financeiras, a Companhia recebeu o ofício nº 19/2016-CVM/SEP/GEA-5.

A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da remensuração do investimento detido em Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("NPC"), decorrente da alienação parcial de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição adicional de 75% do capital social da Indústria de Móveis Bartira ("Bartira") pela Via Varejo.

A Via Varejo e a Companhia apresentaram recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM. Em 26 de julho de 2016, a Via Varejo publicou fato relevante comunicando o encerramento das investigações de Cnova, bem como informou que atendeu parcialmente às exigências constantes do Ofício nº 18/2016CVM/SEP/GEA5, especificamente quanto ao lançamento contábil da venda de participação na NPC, ocorrida em 2013. Em 26 de janeiro de 2017, a CVM comunicou a Companhia que (i) o recurso foi acatado em relação ao tema envolvendo a Bartira; e (ii) a Superintendência de Relações com Empresas – SEP, da CVM, pediu reconsideração da decisão do Colegiado. Em 20 de abril de 2017, a Via Varejo e a Companhia receberam a manifestação definitiva do Colegiado informando que manteve a decisão após reconsideração solicitada pela SEP. Desta forma, não há nenhum efeito adicional a ser considerado relacionado a esse item.

1.4 Termo de Acordo entre CBD, Via Varejo e Grupo Casas Bahia

Em 4 de julho de 2017, a Via Varejo celebrou um "Termo de Acordo", em conjunto com a Companhia, para a liquidação das Perdas e Danos relativos ao Acordo de Associação celebrado em 1 de Julho de 2010, incorridos até 08 de novembro de 2016, bem como estabeleceu garantias para a obrigação do Grupo Casas Bahia de indenizar as Contingências Potenciais, assim entendidas aquelas não materializadas até 08 de novembro de 2016.

Neste acordo, a Via Varejo e o Grupo Casas Bahia compensaram valores devidos de parte a parte, remanescendo saldo de R\$13 a ser pago pelo Grupo Casas Bahia à Via Varejo durante o exercício de 2018.

Como garantia de indenização de Contingências Potenciais foram mantidas, além da fiança pessoal dos acionistas do Grupo Casas Bahia, hipotecas sobre imóveis no valor total das contingências potenciais notificadas.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

1.4 Termo de Acordo entre CBD, Via Varejo e Grupo Casas Bahia - Continuação

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 24 de julho de 2017, o Comitê Especial, nos termos da política de partes relacionadas, recomendou favoravelmente ao Conselho de Administração a aprovação da celebração do Termo de Acordo pela Companhia. Diante das considerações do Comitê Especial, o Conselho aprovou a celebração do Termo de Acordo.

Como resultado deste Termo de Acordo, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, na rubrica “operações descontinuadas”, uma perda de R\$97.

1.5 Arbitragem Imóveis Península

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá acerca de pedido de instauração de arbitragem apresentado por Banco Ourinvest S.A., instituição financeira, na qualidade de administradora e agindo exclusivamente no interesse dos quotistas do Fundo de Investimento Imobiliário Península (“Península” e o “Procedimento”).

O Procedimento visa a discutir o cálculo do valor locatício, assim como outras questões operacionais relacionadas às lojas de propriedade da Península, objeto de diversos contratos de locação e acordos celebrados entre a Companhia e a Península no decorrer do ano de 2005 (os “Contratos”). Os Contratos asseguram à CBD o uso e exploração comercial dos referidos imóveis por 20 anos a contar da sua celebração, renováveis por mais 20 anos, a critério exclusivo da CBD, e regulam o cálculo dos valores de locação.

O Procedimento trata de questões derivadas da aplicação dos Contratos, e não afeta a continuidade das locações, contratualmente asseguradas. A Companhia, juntamente com seus assessores legais, entende que o Procedimento será julgado favoravelmente à CBD.

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2018.

Como resultado do processo em curso para venda da subsidiária Via Varejo S.A (vide nota explicativa 32), e em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada, as informações contábeis individuais e consolidadas do resultado e da demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram divulgadas considerando os efeitos de tal transação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Controladas				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc") (****)	100,00	-	10,00	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100,00	-	100,00	-
Bellamar Empreend. e Participações Ltda. ("Bellamar")	100,00	-	100,00	-
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100,00	-	100,00	-
CBD Holland B.V. ("CBD Holland")	100,00	-	100,00	-
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	100,00	-	100,00	-
GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	100,00	-	100,00	-
Via Varejo S.A. ("Via Varejo") (*)	43,31	-	43,34	-
Via Varejo Luxembourg Holding S.à.r.l. ("VVLuxco") (*)	-	43,31	-	43,34
Via Varejo Netherlands Holding B.V. ("VVDutchco") (*)	-	43,31	-	43,34
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (*)	-	43,31	-	43,34
VVLOG Logística Ltda. (PontoCred Negócio de Varejo Ltda.) ("VVLOG Logística") (*)	-	43,31	-	43,34
Globex Adm. e Serviços Ltda. ("Globex Adm") (*)	-	43,31	-	43,34
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda. ("Lake Niassa") (*)	-	43,31	-	43,34
Globex Adm. Consórcio Ltda. ("Globex Adm. Consórcio") (*)	-	43,31	-	43,34
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (*)	-	43,31	-	43,34
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A. ("E – Hub") (*)	-	43,31	-	43,34
Nova Experiência PontoCom S.A. ("Nova Experiência") (*)	-	43,31	-	43,34
Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à.r.l. ("CBDLuxco")	100,00	-	100,00	-
Companhia Brasileira de Distribuição Netherlands Holding B.V. ("CBDDutchco")	-	100,00	-	100,00
Associadas				
Cnova N.V. ("Cnova Holanda") (**)	-	34,05	-	34,05
Cdiscount Group S.A.S. ("CDiscount") (**)	-	34,05	-	34,05
Cnova Finança B.V. ("Cnova Finança") (**)	-	34,05	-	34,05
Cdiscount Afrique SAS ("Cdiscount Afrique") (**)	-	34,05	-	34,05
Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount Internacional") (**)	-	34,05	-	34,05
Cnova France SAS ("Cnova France") (**)	-	34,05	-	34,05
Cdiscount S.A. ("Cdiscount") (**)	-	33,94	-	33,93
3W SAS ("3W") (**) (***)	-	-	-	33,93
CD Africa SAS ("CD Africa") (**)(***)	-	-	-	28,94
Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte") (**)	-	34,05	-	28,94
Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal") (**)	-	34,05	-	28,94
Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun") (**)	-	34,05	-	28,94
CLatam AS Uruguay ("CLatam") (**)	-	23,84	-	23,84
Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama") (**)	-	23,84	-	23,84
Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay") (**)	-	23,84	-	23,84
Ecdiscoc Comercializadora S.A. (Cdiscount Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora") (**)	-	23,83	-	23,83
Cnova Pay ("Cnova Pay")	-	34,05	-	-
BeezUP SAS ("BeezUp")	-	20,43	-	-
Finaceira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	41,93	-	41,93
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	21,65	-	21,67
FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	-	41,93	-	41,93

(*) Empresas cujos saldos estão classificados como "mantido para venda e operações descontinuadas" (vide nota explicativa nº32)

(**) Empresas que deixaram de ser consolidadas em outubro de 2016 (vide nota explicativa nº32)

(***) Empresas incorporadas em 2017

(****) Em 2017 os antigos sócios da Novasoc cederam integralmente à CBD as cotas que detinham na sociedade.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação - Continuação

3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas: - Continuação

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pelo GPA ou suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido.

Em algumas subsidiárias a Companhia tem ações abaixo de 50% de participação total (ordinárias mais preferenciais), no entanto, detém maioria de voto por meio de ações ordinárias para acordo de acionistas que permite a consolidação.

3.2 Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

3.3 Associadas

Os investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas em 31 de dezembro de 2017 são: i) BINV (não operacional) e FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e ii) Cnova N.V. que detém principalmente o investimento na empresa de comércio eletrônico na França denominada Cdiscount.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação – Continuação

3.3 Associadas - Continuação

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC	
	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante	4.621	4.060
Ativo não circulante	69	43
Ativo total	4.690	4.103
Passivo circulante	4.026	3.050
Passivo não circulante	11	15
Patrimônio líquido	653	1.038
Total passivo e patrimônio líquido	4.690	4.103
<u>Demonstração do resultado:</u>	31.12.2017	31.12.2016
Receitas	988	1.118
Resultados operacionais	321	386
Lucro líquido do exercício	184	236

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco.

	Cdiscount	
	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante	2.836	1.457
Ativo não circulante	796	501
Ativo total	3.632	1.958
Passivo circulante	3.941	1.948
Passivo não circulante	174	70
Patrimônio líquido	(483)	(60)
Total passivo e patrimônio líquido	3.632	1.958
<u>Demonstração do resultado:</u>	31.12.2017	31.12.2016
Receitas	7.651	7.187
Resultados operacionais	(72)	(146)
Prejuízo do exercício	(367)	(224)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

4.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros, mensurados pelo custo amortizado, são mensurados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial pela taxa de juros efetiva. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas, quando incorridas, na demonstração de resultado do exercício como receitas e despesas financeiras.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pelo não recebimento de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia e suas subsidiárias não conseguirão receber todos os montantes a vencer com base em suas datas de vencimento. Para o cálculo, a Companhia considera o histórico de perdas, informações estatísticas históricas, *aging* dos valores a receber e a avaliação da probabilidade de deterioração adicional da carteira, levando em consideração fatores macroeconômicos e de mercado. Quando o recebimento das contas a receber é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica de despesas com vendas na demonstração de resultado do exercício.

A nota explicativa nº18 contém informações adicionais sobre os instrumentos financeiros e detalhes sobre o modo como são mensurados.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias, que estão no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) disponível para venda, e (iv) investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

(i) Ativos financeiros – Continuação

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo e são mensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.
- Disponível para venda: não atendem aos critérios de classificação nas demais categorias. São avaliados pelo valor justo, porém com ajuste reconhecido em conta destacada do patrimônio líquido.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

(i) Ativos financeiros – Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

No encerramento dos exercícios, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não – a Companhia e suas subsidiárias o classificam em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia e suas subsidiárias mensuram a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como: valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros, designados como instrumentos de *hedge*, em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por compra de ativos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos e pelo processo de amortização, segundo o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.5 Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros - "TEJ", deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de clientes baseiam-se em um histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, além da avaliação de eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento.

4.6 Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

4.7 Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores líquidos dos valores a receber de bonificações.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

4.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,17%
Equipamentos de processamento de dados	21,13%
Software	10,27%
Instalações	8,65%
Móveis e utensílios	10,77%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	9,43%
Decoração	20,00%

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2017 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

4.11 Capitalização de juros

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

4.12 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos) de acordo com a taxa de amortização descrita no quadro citado anteriormente, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

4.14 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

4.15 Ativos circulantes mantidos para venda

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, o prazo estimado para que a venda seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.15 Ativos circulantes mantidos para venda – Continuação

Após completada a venda, a Companhia considera qualquer participação remanescente na associada, ou entidade sobre controle conjunto, de acordo com o IAS 39, a menos que a parcela retida pela Companhia faça com que a empresa continue a ser uma associada, ou entidade sob controle conjunto, que neste caso a Companhia utiliza a equivalência patrimonial.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

4.16 Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia e suas subsidiárias substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia e suas subsidiárias obterão a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

4.18 Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

A sociedade poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

4.19 Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

4.20 Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

No caso de aquisição de ações da própria Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanecem registradas como ações em tesouraria até que as ações sejam canceladas ou recolocadas no mercado. Quando essas ações são posteriormente realocadas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

4.21 Pagamento com base em ações

Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.21 Pagamento com base em ações - Continuação

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº29).

4.22 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.
- Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.23 Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas uma vez que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e for possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia e suas subsidiárias avaliam seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia e suas subsidiárias concluíram que atuam na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, exceto os que se referem a intermediação de vendas de garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros, entre outros. Nesse caso especificamente, a Companhia e suas subsidiárias atuam como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias como estipulantes nas apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

c) Receita de serviços financeiros

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia e suas subsidiárias, para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto, na demonstração do resultado do exercício. Esta prática está substancialmente relacionada as atividades descontinuadas.

d) Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.23 Apuração do lucro líquido – Continuação

e) Receita de permuta

As receitas são reconhecidas: (i) no momento de conclusão da permuta dos terrenos de propriedade do GPA M&P pelo valor justo da contraprestação recebida na data da permuta; (ii) pela entrega das unidades vendidas pelo GPA M&P. O custo das unidades vendidas compreende o valor justo da permuta inicialmente reconhecida.

f) Devoluções e cancelamentos

As devoluções e cancelamentos são reconhecidos quando a venda é incorrida, as estimativas são baseadas nos volumes de vendas e histórico de devoluções em cada segmento de negócio. A receita é contabilizada líquida das devoluções e cancelamentos.

(ii) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das bonificações recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de bonificação reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores recebidos de fornecedores, em cooperação.

(iv) Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

(v) Outras despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.23 Apuração do lucro líquido – Continuação

(vi) *Resultado financeiro – despesas financeiras*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

4.24 Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todas as diferenças temporárias dedutíveis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.24 Tributos - Continuação

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para aplicação no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor no encerramento dos exercícios.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

4.25 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.25 Combinações de negócios e ágio - Continuação

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs.

Em casos nos quais o ágio faça parte de uma UGC e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da UGC que foi mantida.

4.26 Contabilização de participações societárias a custo, decorrentes de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócios nos termos do CPC 15(R1)/ IFRS 3.

4.27 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço.
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorrerem, quando então é utilizada a taxa da data da transação.
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial como outros resultados abrangentes.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

4.27 Conversão de moeda estrangeira - Continuação

As diferenças de variações cambiais são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

Efeitos da conversão do investimento em uma operação estrangeira são reconhecidos em componentes separados do patrimônio líquido e reclassificados ao resultado do exercício quando da baixa do investimento.

Transações em moedas estrangeiras (ou seja, transações em moeda diferente da moeda funcional da entidade) são traduzidas por reais usando a taxa de conversão na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos à taxa de fechamento e a variação cambial resultante é registrada no resultado financeiro. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos à taxa da transação.

4.28 Programas de fidelidade do cliente

Até dezembro de 2017 a Companhia e suas subsidiárias outorgavam incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços através de um programa de pontos. Quando da aquisição de produtos ou serviços, Quando do atingimento de certos patamares de pontuação, era habilitado o resgate que representava créditos nos pagamentos das compras na forma de desconto.

Conforme anunciado aos participantes, o programa de fidelidade foi extinto ao final do exercício de 2017 e todos os pontos não resgatados pelos clientes foram considerados expirados.

4.29 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2017, o GPA aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2017. As principais alterações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2015-2017	Mudanças às IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades – clarificação do escopo da norma.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
Modificações ao IAS 12 – Impostos sobre a renda	Descreve sobre o tratamento de diferenças temporárias	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
Modificações à IAS 7 - Iniciativa de Divulgações	Descreve sobre divulgações que habilitam usuários a avaliar mudanças em passivos relacionados a atividades de financiamento.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	01/01/2018
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	01/01/2018
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	01/01/2019
IFRS 2 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações	Entre outras mudanças descreve sobre as modificações de opções para liquidação em ações.	01/01/2018
Melhorias ao IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture	Em Caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture, o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida em que a transação for com um terceiro não relacionado.	01/01/2018

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas - Continuação

a) IFRS 9

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação detalhada de impacto dos principais aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizada a Companhia em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo feito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável e classificação e mensuração da IFRS 9. A Companhia espera um aumento na provisão para perdas, resultando em um impacto negativo sobre o patrimônio líquido, conforme discutido abaixo.

Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. A Companhia determinou que, devido à natureza não garantida dos seus empréstimos e recebíveis, a provisão para perdas aumentará em R\$ 4 na controladora e R\$168 no consolidado (R\$5 nas atividades continuadas e R\$163 nas atividades descontinuadas), com o correspondente efeito do imposto de renda diferido no montante de R\$42 (R\$2 nas atividades continuadas e R\$ 40 nas atividades descontinuadas).

Classificação e mensuração

A Companhia não espera efeitos significativos em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9, exceto pela classificação dos recebíveis de cartão de crédito na categoria de Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, de acordo com a classificação do modelo de negócio. O resultado desta aplicação representa R\$11 no balanço patrimonial e patrimônio líquido da Controladora em 31 de dezembro de 2017, R\$76 no consolidado (sendo R\$64 na operação descontinuada), com o correspondente efeito no imposto de renda diferido de R\$20 sendo R\$17 nas atividades descontinuadas.

Resumo dos efeitos

Como resultado da aplicação inicial do IFRS 9 discutidos acima, temos o efeito líquido de R\$11 no ativo e patrimônio líquido da controladora e R\$182 no consolidado (sendo R\$169 na atividade descontinuada).

b) IFRS 15

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. As fontes de receitas das atividades continuadas estão significativamente relacionadas as transações efetuadas nos pontos de venda. Nas atividades descontinuadas as fontes de receita são substancialmente vendas nas lojas e entregues aos consumidores, vendas através dos canais de comércio eletrônico e prestação de serviços financeiros, sem que houvesse impacto na adoção do IFRS 15.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas - Continuação

b) IFRS 15 - Continuação

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia irá adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo. Em 2016, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi complementada com uma análise mais detalhada concluída em 2017.

(i) Venda de bens e Serviços aos clientes

Na venda de bens no varejo, seja no formato de lojas físicas, no formato de comércio eletrônico, ou nos serviços prestados nas nossas lojas e sites, não houve impacto significativo da adoção do IFRS 15. A Companhia considerou em sua análise o momento crítico da transferência de controle, direitos de devolução, etc.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia não possui obrigações de garantia relacionada a venda de seus bens e serviços. Estas garantias são oferecidas por fabricantes, ou no caso de vendas com garantias estendidas reembolsadas pelas seguradoras, sobre a qual a Companhia é agente na venda de tais apólices de seguro, percebendo comissão sobre venda.

(iii) Abatimentos de despesas de Marketing e TI

No segmento Varejo, a Companhia oferecia espaço em materiais publicitários aos seus fornecedores, tais valores recebidos de fornecedores eram anteriormente classificados como redutor das despesas. O entendimento com base na análise da percepção do serviço pelos fornecedores é de que tais prestações são efetuadas por conta do relacionamento global, não gerando uma obrigação de performance. Tais ingressos serão classificados como redutor do custo de mercadorias vendidas, gerando uma reclassificação de R\$285 quando aplicado o conceito na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, entre as contas de Despesas com Vendas R\$(225), Despesas administrativas R\$(60) e Custo das Mercadorias Vendidas R\$ (285). Não há impacto significativo no resultado relacionado à aplicação desta reclassificação.

(iv) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. A Companhia avaliou os impactos relacionados às transações efetuadas no curso dos seus relacionamentos com clientes, e entende que não haverá adições significativas as divulgações correntemente efetuadas.

Em resumo, a nossa avaliação é de que o impacto da adoção da IFRS 15 não seja significativo no lucro líquido das atividades continuadas e descontinuadas, e ocasionará a reclassificação mencionada no item (iii) acima.

c) IFRS 16

A Companhia está avaliando os impactos da adoção do “IFRS 16 – Arrendamento mercantil” e espera efeitos significativos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

6.1 Redução ao valor recuperável - *impairment*

Conforme método divulgado na nota explicativa nº4.9, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

a) Teste de recuperação dos ativos relacionados as lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 3.
- Passo 2: para uma seleção das lojas localizadas em imóveis próprios (lojas próprias), requeremos um laudo de avaliação elaborado por especialistas independentes e caso ainda permanecesse o indicativo de *impairment*, efetuaríamos os mesmos procedimentos utilizados para as lojas de terceiros, conforme descrito no Passo 3.
- Passo 3: elaboração de fluxo de caixa descontado da loja, utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, tendo em média 3,4% (6,0% em média em 31 de dezembro de 2016) para os próximos 5 anos. A taxa de desconto utilizada foi 9,9%.

b) Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o *ágio* e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo, atacado de autosserviços, eletroeletrônico e comércio eletrônico, sendo que os dois últimos estão destinados para venda (nota 32).

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,9%, e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,5% para o varejo e para o atacado (6,5% em 31 de dezembro de 2016). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

6.1 Redução ao valor recuperável – *impairment* - Continuação

A marca de atacado de Autosserviços refere-se à “ASSAÍ”, e as marcas de eletroeletrônicos referem-se a “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”. Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

Os ativos líquidos totais da Via Varejo consolidados, incluindo Cnova Brasil, foram avaliados conforme descrito na nota explicativa nº32.

6.2 Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa nº20 fornece outros detalhes sobre impostos.

6.3 Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

6.4 Pagamentos com base em ações

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e os modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa nº24.5.

6.5 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

6.6 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A subsidiária Via Varejo possui saldos a receber de vendas efetuadas por meio de carnês, cuja estimativa de perda é efetuada de acordo com um percentual esperado, que é obtido por meio da observação do comportamento das carteiras nos últimos meses e atualizado a cada fechamento contábil.

6.7 Tributos a recuperar

A Companhia e suas subsidiárias possuem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota explicativa nº 11 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

6.8 Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e contas bancárias – Brasil		251	255	396	349
Caixa e contas bancárias – Exterior	(*)	68	66	68	66
Aplicações financeiras – Brasil	(**)	2.549	4.175	3.328	4.697
		2.868	4.496	3.792	5.112

(*) Referem-se a recursos aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos.

(**) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, constituem, substancialmente, operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 98,07% (98,26% em 31 de dezembro de 2016) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Administradoras de cartões de crédito (nota explicativa nº8.1)	145	127	246	187
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota explicativa nº 12.2)	162	51	170	54
Tickets de vendas	84	94	147	142
Cartão de crédito próprio	74	62	74	62
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº12.2)	11	15	-	5
Contas a receber de fornecedores	46	48	79	95
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº8.2)	(2)	(1)	(4)	(2)
	520	396	712	543
Circulante	440	396	632	543
Não circulante	80	-	80	-

8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber - Continuação

8.2 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
No início do exercício	(1)	-	(2)	(392)
Perdas/reversão registrada no exercício	(2)	(10)	(722)	(609)
Baixas de contas a receber	1	9	621	561
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 32)	-	-	99	422
Variação cambial	-	-	-	16
No fim do exercício	(2)	(1)	(4)	(2)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2017	716	685	15	5	2	9
31.12.2016	545	524	13	6	1	1

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contas a receber de seguradoras (i)	208	19	208	19
Aluguéis a receber	47	60	48	61
Contas a receber - Paes Mendonça (nota explicativa nº 9.1)	337	-	532	532
Contas a receber por venda de sociedades (nota explicativa nº 9.2)	81	69	81	69
Outras	30	44	44	57
	703	192	913	738
Circulante	256	111	271	126
Não circulante	447	81	642	612

(i) R\$174 refere-se ao valor a receber da seguradora por conta do sinistro no Centro de Distribuição em Osasco ocorrido em 27 de dezembro de 2017.

9.1 Contas a receber - Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são garantidas pelos fundos de comércio de lojas arrendadas e operadas pela Companhia e Sendas. O vencimento das contas a receber está vinculado ao contrato de arrendamento, que atualmente se encontra sob renovação tácita sob as mesmas condições anteriormente pactuadas e foram mantidas no ativo não circulante devido à possibilidade de sua conversão em fundos de comércio das lojas alugadas, por conta da garantia ora existente. A Companhia está em fase avançada de negociação da renovação destes contratos de arrendamento por um prazo longo, e que envolve também alternativas para a realização destas contas a receber. A negociação ainda não estava concluída até a data de emissão das demonstrações financeiras e a Companhia não tem expectativa de perda de valor deste recebível na forma como está sendo atualmente discutida.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outras contas a receber - Continuação

9.1 Contas a receber - Paes Mendonça – Continuação

Foi celebrado o Instrumento de cessão de crédito entre a Companhia e a Novasoc em que foi cedida a totalidade dos créditos do Paes Mendonça para a Companhia em contraprestação da quitação dos dividendos e do saldo devedor.

9.2 Contas a receber por venda de sociedades

Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas à 110% do CDI.

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Lojas	2.013	2.032	3.564	3.400
Centrais de distribuição	1.065	1.115	1.307	1.255
Estoques de imóveis (nota explicativa nº10.3)	-	-	24	61
Perdas com obsolescência e quebras (nota explicativa nº10.2)	(36)	(41)	(73)	(75)
	3.042	3.106	4.822	4.641

10.1 Bonificações nos estoques e custos de armazenagem

A Companhia e suas subsidiárias apropriam ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores e os custos das centrais de distribuição, na medida em que o estoque que deu origem às bonificações ou aos custos de armazenagem se realiza. Em 31 de dezembro de 2017, o valor de bonificações não realizadas, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$244 (R\$178 em 31 de dezembro de 2016).

10.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
No início do exercício	(41)	(14)	(75)	(150)
Adições	(23)	(60)	(110)	(208)
Baixas/reversões	28	33	111	164
Variação cambial	-	-	-	1
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 32)	-	-	1	118
No final do exercício	(36)	(41)	(73)	(75)

10.3 Estoques de imóveis

Refere-se às unidades imobiliárias em construção contabilizadas pelo seu valor justo, que foi calculado na transação de permuta de terreno por unidades imobiliárias, definido com base no valor de mercado das unidades imobiliárias recebidas, observado em transações comparáveis no mercado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Estoques - Continuação

10.3 Estoques de imóveis em construção - Continuação

A transação refere-se às unidades imobiliárias dos empreendimentos Thera Faria Lima Pinheiros ("Thera"), Figue, Classic e Carpe Diem, mais uma loja construída no térreo do empreendimento Thera Faria Lima Pinheiros. A construção e a incorporação foram efetuadas pela Cyrela Polinésia Empreendimentos Imobiliários Ltda., Pitangueiras Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e Hesa Investimentos Imobiliários Ltda. O empreendimento Thera iniciou em dezembro de 2011, e os empreendimentos Classic e Carpe Diem iniciaram em novembro de 2012, ambos os empreendimentos foram concluídos em 2016 e algumas unidades do Thera permanecem em estoque.

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ICMS (nota explicativa nº11.1)	1.187	436	1.886	545
Provisão para não realização do ICMS	-	-	(369)	-
PIS e COFINS (nota explicativa nº11.2)	286	338	424	418
Imposto de renda sobre aplicação financeira	8	38	13	45
Imposto de renda e contribuição social	62	71	71	80
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	281	194	312	211
Outros	1	1	6	7
Total	1.825	1.078	2.343	1.306
Circulante	360	557	596	674
Não circulante	1.465	521	1.747	632

A Companhia registra créditos de ICMS, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas".

11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a recuperar - Continuação

11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS - Continuação

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência do plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, líquido de provisão, conforme a seguir demonstrado:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	115	318
De 1 a 2 anos	134	228
De 2 a 3 anos	139	172
De 3 a 4 anos	148	148
De 4 a 5 anos	139	139
Após 5 anos	512	512
	<u>1.187</u>	<u>1.517</u>

Em 2017, a Companhia revisitou sua posição quanto ao reconhecimento do ressarcimento de ICMS Substituição Tributária ("ICMS ST") relacionado a períodos anteriores, tendo em vista a apuração deste crédito sobre as vendas realizadas desde novembro de 2016, quando o STF decidiu, em sede de repercussão geral, cuja íntegra do acórdão foi publicada em abril de 2017, pelo direito a recuperação da diferença do imposto pago (ICMS ST) sobre a margem estabelecida na compra de produtos para revenda e aquela apurada na venda ao consumidor final.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a recuperar - Continuação

11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS - Continuação

A Companhia avaliou ainda no conjunto de argumentos que embasaram o reconhecimento do crédito de ressarcimento de ICMS ST, o julgado em Outubro/2016, posicionamentos atuais sobre outras matérias tributárias que fossem potencialmente conflitantes com a tese em análise, opiniões legais dos assessores, e com base nas informações disponíveis e na melhor estimativa do ressarcimento do ICMS ST, apurado a partir do ingresso da ação judicial, em janeiro de 2009, a Companhia reconheceu R\$1.092 relacionados a exercícios anteriores, compreendendo R\$723 na controladora e R\$369 em sua controlada, Sendas Distribuidora, sendo no caso da Sendas registrada concomitantemente uma provisão no valor de R\$369 na Controlada, em razão da não perspectiva de realização dos referidos créditos em seu plano de monetização e período previsto de realização comumente avaliado pela Companhia. O valor líquido de R\$723 foi reconhecido como redutor do custo das mercadorias vendidas de acordo com a prática contábil adotada pela Companhia.

11.2 Crédito de PIS e COFINS

Da mesma forma que o conceito para ICMS, a Companhia registra créditos de PIS e COFINS, todas as vezes em que evidências conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito. As evidências incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise e iii) avaliação contábil sobre o tema. Estes créditos são registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados estes créditos.

Em 2016, reconhecemos créditos de PIS/COFINS calculados sobre os impostos sujeitos a substituição tributária que complementam o custo dos produtos para revenda de R\$641 (sendo R\$353 em operações descontinuadas e R\$288 em operações continuadas), e mantivemos em 2017 a aplicação de benefício fiscal que reduziu a zero a alíquota do PIS/Cofins sobre a receita bruta de venda a varejo de determinados produtos eletrônicos (Lei do Bem ou MP 690/2014 convertida na Lei 13.241/15) no montante de R\$600, registrado como redutor dos impostos sobre vendas (sendo R\$567 em operações descontinuadas e R\$33 em operações continuadas).

12. Partes relacionadas

12.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Conselho de Administração (*)	5.797	7.128	-	-	-	-	5.797	7.128
Diretoria	31.408	26.035	26.813	16.684	24.405	22.545	82.626	65.264
Conselho Fiscal	456	-	-	-	-	-	456	-
	37.661	33.163	26.813	16.684	24.405	22.545	88.879	72.392

(*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas – Continuação

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora													
	Saldos								Transações					
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Vendas		Compras		Receitas (Despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<u>Controlador:</u>														
Casino (i)	-	5	-	1	1	-	4	-	-	-	-	-	(48)	(64)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	(3)	(4)
Exito (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Helicco (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
<u>Controladas:</u>														
Novasoc Comercial	-	-	45	197	-	1	5	-	-	1	-	-	-	1
Sendas Distribuidora	4	3	83	123	7	4	-	-	-	104	-	89	-	38
Via Varejo (v)	7	7	4	-	4	4	202	230	-	-	-	-	(50)	(181)
VVLOG Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	2	(1)
Cnova Brasil (vi)	-	-	19	4	-	-	-	-	-	-	-	-	36	84
GPA M&P	-	-	6	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
GPA Logística	-	-	30	19	17	17	26	-	-	-	-	-	-	-
Bellamar	-	-	-	-	-	-	-	128	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
<u>Associadas:</u>														
FIC (iii)	162	51	18	14	21	14	-	-	-	-	-	-	74	55
<u>Outras Partes Relacionadas:</u>														
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (Greenyellow) (iv)	-	-	-	-	-	-	149	146	-	-	-	-	(58)	(26)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Total	173	66	206	359	50	40	387	510	-	105	-	89	(48)	(102)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas – Continuação

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

	Consolidado									
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<u>Controlador:</u>										
Casino (i)	-	5	-	1	1	-	4	-	(48)	(64)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	-	1	(3)	(4)
Exito (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Helicco Participações (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
<u>Controladas:</u>										
Outros	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
<u>Coligadas:</u>										
FIC (iii)	170	54	24	14	22	14	-	-	84	55
<u>Outras partes relacionadas:</u>										
Greenyellow (iv)	-	-	-	-	-	-	149	146	(58)	(26)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	(3)
Total	170	59	25	17	23	14	153	147	(26)	(43)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas – Continuação

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes. As principais operações são:

- (i) *Casino: Cost Sharing Agreement*: celebrado entre a Companhia, Helicco Participações Ltda., Foncière Euris e Casino, Guichard-Perrachon S.A. ("Casino") em 10 de agosto de 2014 para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades que envolvem a transferência de *know-how* à Companhia para apoiar o seu desenvolvimento.

Insurance: Contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e Casino para intermediação na negociação de renovações de determinadas apólices de seguro da Companhia.

Agency Agreement: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016 para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino.

Cost Reimbursement Agreement: celebrado entre a Companhia e Casino, Guichard-Perrachon S.A. em 25 de julho de 2016 para regular o reembolso pela Companhia de despesas de colaboradores franceses (expatriados) da Companhia relativas a contribuições sociais francesas pagas por Casino na França.

Agency Agreement: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004 (conforme aditado em 23 de fevereiro de 2017) para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.

- (ii) *Éxito: Agreement on Establishment of Business Relations*: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), Éxito, Supermercados Disco del Uruguay S.A., Devoto Hnos S.A., Libertad S.A., Odaler S.A. e Ameluz S.A. em 27 de julho de 2016 para regular a prospecção de fornecedores de seus países de origem para estabelecimento de novas relações comerciais.

Commercial Agreement celebrado entre a Companhia e Éxito em 27 de julho de 2016 para regular a implementação de processos de sinergias entre as operações das sociedades, incluindo a licença de marcas e direitos autorais pela *Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A.*, companhia do Grupo Éxito, à Companhia. A remuneração foi acordada no *Copyright License Agreement* celebrado entre a Companhia e a *Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A.* em 13 de julho de 2017.

- (iii) *FIC*: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. no acordo de associação celebrado entre a Companhia e o Itaú, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma a outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.
- (iv) *Greenyellow*: celebração do Contrato Guarda Chuva de Eficiência Energética entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Greenyellow Brasil em 8 de maio de 2015 para regular a prestação de serviços pela Greenyellow de soluções de eficiência energética nos estabelecimentos da unidade de negócios multivarejo da Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas – Continuação

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

Operações com partes relacionadas relativas a “mantidos à venda e operações descontinuadas”:

- (v) Via Varejo: Acordo de Associação - celebrado entre a Companhia, família Klein, Via Varejo e Casas Bahia, em 4 de dezembro de 2009, conforme aditado em 1º de julho de 2010, que estabelece que a Companhia tem o compromisso de indenizar Via Varejo em decorrência de contingências com fato gerador anterior a 30 de junho de 2010. Em 4 de julho de 2017, a mesmas partes celebraram o Termo de Acordo, tendo por objeto obrigações relacionadas ao Acordo de Associação, entre os quais a apuração de responsabilidades por perdas e danos incorridos até 8 de novembro de 2016 (6º aniversário da data de fechamento da operação) e o ajuste da garantia prestada pela Companhia nos contratos de locação celebrados entre a Companhia e a família Klein.

Acordo Operacional celebrado entre a Companhia e a Via Varejo em 8 de agosto de 2016 para estabelecer integração entre os negócios de comércio eletrônico e de lojas físicas da marca “Extra”. A Companhia deve pagar à Via Varejo taxas de remuneração fixas pela compra conjunta de itens comuns junto a fornecedores e a Via Varejo deve pagar à Companhia taxas de remuneração fixas para retirada de produtos nas lojas físicas da Companhia de produtos adquiridos por consumidores nos sites das marcas “Extra”, “Ponto Frio” e “Casas Bahia”.

Instrumentos de prestação de garantia que estabelecem a cobrança de remuneração pela Companhia pela outorga de garantia corporativa para garantir as obrigações da Via Varejo em contratos financeiros, comerciais e de locação.

Termo de Adesão ao Contrato de Fornecimento e Aquisição de Cartões Multibenefícios celebrado pela Companhia à Via Varejo em 14 de agosto de 2017 que estabelece de cartões multibenefícios para fornecimento de cartões multibenefícios aos beneficiários indicados por Via Varejo para aquisição de produtos em lojas do grupo.

Locação e sublocação de imóveis entre a Companhia e Via Varejo por uma parte à outra para instalação de loja, escritório administrativo ou compartilhamento de centro de distribuição.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o limite de garantias de R\$1,2 bilhão a subsidiária Via Varejo, sobre a transações com seguro-garantia e fianças junto a instituições financeiras. O serviço prevê remuneração que acompanha as taxas cobradas pelas instituições financeiras. Não houve efeitos de tais transações nos resultados de 2017

- (vi) Cnova: Instrumentos de prestação de garantia que estabelecem a cobrança de remuneração pela Companhia pela outorga de garantia corporativa para garantir as obrigações da Via Varejo em contratos financeiros, comerciais e de locação.

Reembolso de despesas pela Cnova à Companhia de custos e despesas relacionadas a demandas judiciais e administrativas propostas contra a Cnova pagas pela Companhia.

Instrumento Particular de Convênio de Rateio de Despesas celebrado entre a Companhia, Via Varejo, Cnova e Sendas em 15 de dezembro de 2016 para estabelecer critério de rateio pela utilização da central de serviços compartilhados.

Em 2017, Via Varejo possui saldo a pagar relacionado à compra do direito de operação de certos seguros com FIC de R\$5; e a receber de Casa Bahia Comercial de R\$228, relacionados, principalmente, a ativo indenizatório. No resultado de Via Varejo, o saldo de despesas com FIC é de R\$4, despesa com Casa Bahia Comercial de R\$302. Esses saldos estão considerados na linha de “ativos mantidos à venda e operações descontinuadas”.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos em controladas e associadas

13.1 Composição dos investimentos

	Controladora					Total (*)
	Sendas	Novasoc	Via Varejo	Bellamar	Outros	
Saldos em 31.12.2016	2.330	168	-	443	73	3.014
Equivalência patrimonial	512	4	188	56	(127)	633
Dividendos e juros s/ capital próprio	(81)	(167)	(22)	(323)	(40)	(633)
Remuneração com base em ações	4	-	3	-	1	8
Aumento de capital	68	-	-	-	19	87
Aumento de capital com imobilizado (vide nota explicativa nº 14)	289	-	-	-	-	289
Redução de capital	-	-	-	-	(6)	(6)
Outras movimentações (**)	-	-	(1)	-	(20)	(21)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 32)	-	-	(168)	-	-	(168)
Saldos em 31.12.2017	3.122	5	-	176	(100)	3.203

(*) Inclui os efeitos de passivo a descoberto sobre o investimento na Luxco, no montante de R\$165.

(**) Inclui os efeitos de outros resultados abrangentes sobre o investimento Luxco.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

13.1 Composição dos investimentos – Continuação

	Controladora							
	Sendas	Novasoc	Via Varejo	NCB (*)	Barcelona	Bellamar	GPA M&P e outros	Total (***)
Saldos em 31.12.2015	1.349	174	1.844	501	770	367	(132)	4.873
Equivalência patrimonial	259	(6)	(39)	(6)	29	76	(283)	30
Dividendos e juros s/ capital próprio a receber	(140)	-	(1)	-	-	-	(32)	(173)
Remuneração com base em ações	3	-	3	-	1	-	1	8
Aumento de capital com imobilizado	61	-	-	-	-	-	-	61
Incorporação (nota explicativa nº1.2.1)	800	-	-	-	(800)	-	-	-
Cisão (nota explicativa nº1.2.1 (iii))	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Baixa	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
Variação cambial	-	-	22	-	-	-	66	88
Outras movimentações (**)	-	-	3	-	-	-	1	4
Reorganização societária (vide nota explicativa nº32)	-	-	(605)	-	-	-	473	(132)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 32)	-	-	(1.227)	(495)	-	-	-	(1.722)
Saldos em 31.12.2016	2.330	168	-	-	-	443	73	3.014

(*) No caso da NCB, o valor de investimento refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócios. Para a Via Varejo, os efeitos a valor justo foram considerados em conjunto com o investimento contábil detido nesta subsidiária.

(**) Inclui os efeitos de outros resultados abrangentes sobre o investimento Luxco.

(***) Inclui os efeitos de passivo a descoberto sobre o investimento na Luxco, no montante de R\$22.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

13.1 Composição dos investimentos – Continuação

	Consolidado			Total
	FIC	BINV	Outros(*)	
Saldos em 31.12.2015	361	20	1	382
Equivalência patrimonial – continuada	76	-	(16)	60
Equivalência patrimonial – descontinuada	29	1	-	30
Dividendos – operação continuada	(20)	-	-	(20)
Dividendos – operação descontinuada	(8)	-	-	(8)
Outras movimentações	-	-	(9)	(9)
Variação cambial	-	-	5	5
Reorganização societária (vide nota explicativa nº32)	-	-	7	7
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 32)	(123)	(21)	(9)	(153)
Saldos em 31.12.2016	315	-	(21)	294
Equivalência patrimonial – continuada	65	-	(125)	(60)
Equivalência patrimonial – descontinuada	25	1	-	26
Dividendos e juros s/ capital próprio – operação continuada	(204)	-	-	(204)
Dividendos e juros s/ capital próprio – operação descontinuada	(81)	-	-	(81)
Outras movimentações	-	-	(18)	(18)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 32)	56	(1)	-	55
Saldos em 31.12.2017	176	-	(164)	12

(*) Refere-se substancialmente a Cnova NV.

O Casino iniciou em 27 de dezembro de 2016 uma oferta de aquisição de todas as ações ordinárias em circulação na *Nasdaq Global Select Market* e *Euronext*, de nossa investida Cnova N.V.. As demais subsidiárias do CASINO, incluindo GPA, detentoras de 10,37% do capital de Cnova não participaram da oferta.

A oferta foi realizada ao valor de US\$5,50 por ação líquida aos detentores das ações, sem juros e menos qualquer imposto retido aplicável. Com o fechamento da oferta em 31 de janeiro de 2017, o Casino possui, direta e indiretamente, 98,88% das ações totais e 99,41% dos direitos de voto.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

	Controladora											
	Saldo em: 31.12.2015	Adições	Depreciação	Baixas	Incorpo- ração (*)	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2016	Adições	Depre- ciação	Baixas	Transfe- rências (**)	Saldo em: 31.12.2017
Terrenos	1.272	-	-	(1)	-	(10)	1.261	-	-	(30)	(137)	1.094
Edifícios	1.799	4	(55)	(22)	18	(133)	1.611	5	(50)	(205)	(28)	1.333
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.858	23	(169)	(45)	301	258	2.226	23	(187)	(127)	207	2.142
Máquinas e equipamentos	892	165	(161)	(19)	150	20	1.047	29	(177)	(67)	72	904
Instalações	179	129	(23)	(4)	37	1	319	46	(36)	(13)	(10)	306
Móveis e utensílios	375	24	(57)	(3)	52	5	396	2	(59)	(11)	37	365
Veículos	3	1	(1)	(1)	1	-	3	-	(1)	-	-	2
Imobilizado em andamento	73	234	-	(6)	11	(199)	113	405	-	(3)	(436)	79
Outros	50	12	(14)	(3)	6	(6)	45	25	(15)	(2)	(14)	39
Total	6.501	592	(480)	(104)	576	(64)	7.021	535	(525)	(458)	(309)	6.264
<u>Arrendamento mercantil financeiro:</u>												
Equipamentos de informática	7	-	(3)	-	-	1	5	-	-	-	-	5
Edifícios	17	-	(1)	-	2	(1)	17	-	-	-	-	17
	24	-	(4)	-	2	-	22	-	-	-	-	22
Total	6.525	592	(484)	(104)	578	(64)	7.043	535	(525)	(458)	(309)	6.286

(*) Vide nota explicativa nº1.2.1

(**) O montante de R\$(309) é composto por R\$ (289) referente aos ativos transferidos à subsidiária Sendas Distribuidora como aumento de capital relacionado ao projeto de conversão de bandeiras, R\$(22) referente reclassificação de um Terreno para disponível para venda e R\$ 2 referente transferência de Propriedades para investimento.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado - Continuação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2017			Saldo em 31.12.2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.094	-	1.094	1.261	-	1.261
Edifícios	2.190	(857)	1.333	2.555	(944)	1.611
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.659	(1.517)	2.142	3.685	(1.459)	2.226
Máquinas e equipamentos	2.273	(1.369)	904	2.345	(1.298)	1.047
Instalações	596	(290)	306	589	(270)	319
Móveis e utensílios	962	(597)	365	959	(563)	396
Veículos	8	(6)	2	9	(6)	3
Imobilizado em andamento	79	-	79	113	-	113
Outros	127	(88)	39	126	(81)	45
	10.988	(4.724)	6.264	11.642	(4.621)	7.021
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	37	(32)	5	38	(33)	5
Edifícios	40	(23)	17	41	(24)	17
	77	(55)	22	79	(57)	22
Total	11.065	(4.779)	6.286	11.721	(4.678)	7.043

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado – Continuação

	Consolidado													
	Saldo em: 31.12.2015	Adições	Depre- ciação (a)	Baixas	Trans- ferência	Varia- ção cambial	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (*)	Saldo em: 31.12.2016	Adições	Depre- ciação	Baixas (**)	Trans- ferência (***)	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (*)	Saldo em: 31.12.2017
Terrenos	1.464	-	-	(1)	36	-	(85)	1.414	-	-	(31)	(21)	-	1.362
Edifícios	2.023	48	(62)	(24)	(96)	-	(33)	1.856	113	(59)	(225)	85	-	1.770
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.675	213	(272)	(83)	441	-	(690)	3.284	295	(254)	(156)	342	(19)	3.492
Máquinas e equipamentos	1.676	295	(279)	(26)	35	(1)	(360)	1.340	158	(234)	(77)	118	(43)	1.262
Instalações	422	175	(47)	(7)	19	(5)	(124)	433	109	(46)	(20)	5	6	487
Móveis e utensílios	701	73	(90)	(5)	28	(3)	(161)	543	55	(79)	(14)	60	(25)	540
Veículos	75	1	(6)	(11)	-	-	(57)	2	-	(1)	(6)	5	1	1
Imobilizações em andamento	172	546	(1)	(11)	(450)	(2)	(50)	204	596	-	(4)	(595)	(75)	126
Outros	97	31	(27)	(9)	(7)	-	(22)	63	41	(21)	(3)	(11)	(6)	63
Total	10.305	1.382	(784)	(177)	6	(11)	(1.582)	9.139	1.367	(694)	(536)	(12)	(161)	9.103
<u>Arrendamento mercantil</u>														
<u>financeiro:</u>														
Equipamentos	13	-	(2)	(2)	-	-	-	9	-	(2)	-	(1)	-	6
Hardware	31	5	(14)	-	-	-	(14)	8	-	(3)	-	-	-	5
Instalações	1	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	6	-	-	-	-	-	-	6	-	(2)	-	-	-	4
Edifícios	21	-	(1)	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	20
	72	5	(18)	(2)	-	-	(14)	43	-	(7)	-	(1)	-	35
Total	10.377	1.387	(802)	(179)	6	(11)	(1.596)	9.182	1.367	(701)	(536)	(13)	(161)	9.138

(*) Vide nota explicativa nº32

(**) Das baixas, R\$137 refere-se ao sinistro do Centro de Distribuição em Osasco ocorrido em 27 de dezembro de 2017, R\$123 refere-se à venda de um Centro de Distribuição e o restante refere-se substancialmente a fechamento de lojas.

(***) Do montante total das transferências, R\$(22) refere-se a reclassificação de um Terreno para disponível para venda.

(a) Operações continuadas correspondentes a R\$(638) e Operações descontinuadas correspondentes à R\$(164).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado – Continuação

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2017			Saldo em 31.12.2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.362	-	1.362	1.414	-	1.414
Edifícios	2.705	(935)	1.770	2.823	(967)	1.856
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.310	(1.818)	3.492	4.926	(1.642)	3.284
Máquinas e equipamentos	2.828	(1.566)	1.262	2.779	(1.439)	1.340
Instalações	817	(330)	487	723	(290)	433
Móveis e utensílios	1.209	(669)	540	1.159	(616)	543
Veículos	8	(7)	1	8	(6)	2
Imobilizado em andamento	126	-	126	204	-	204
Outros	183	(120)	63	168	(105)	63
	14.548	(5.445)	9.103	14.204	(5.065)	9.139
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	26	(20)	6	30	(21)	9
Hardware	46	(41)	5	46	(38)	8
Instalações	1	(1)	-	1	(1)	-
Móveis e utensílios	13	(9)	4	14	(8)	6
Edifícios	43	(23)	20	43	(23)	20
	129	(94)	35	134	(91)	43
Total	14.677	(5.539)	9.138	14.338	(5.156)	9.182

14.1 Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº21.8.

14.2 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$16 (R\$14 em 31 de dezembro de 2016). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 101,66% (104,53% em 31 de dezembro de 2016) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

14.3 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Adições (i)	535	592	1.367	1.387
Arrendamentos financeiros	-	-	-	(5)
Juros capitalizados	(7)	(5)	(16)	(14)
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(139)	(430)	(553)	(802)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	119	333	604	699
Total	508	490	1.402	1.265

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado – Continuação

14.3 Adições ao ativo imobilizado – Continuação

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

14.4 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$48 na controladora (R\$48 em 31 de dezembro de 2016) e de R\$54 no consolidado (R\$55 em 31 de dezembro de 2016), referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à UGC. Vide mais detalhamento na nota explicativa nº6.1(a).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

	Controladora						Saldo 31.12.2016	Adições	Amortização	Saldo 31.12.2017
	Saldo 31.12.2015	Adições	Amor- tização	Baixas	Transfe- rências	Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (*)				
Ágio – eletroeletrônico	179	-	-	-	-	(179)	-	-	-	-
Ágio - varejo	503	-	-	(2)	-	-	501	-	-	501
Fundo de comércio (nota explicativa nº15.2)	46	-	-	-	-	-	46	-	-	46
Softwares e implantação	583	82	(84)	-	(93)	-	488	102	(81)	509
Softwares Arrendamento Financeiro	9	88	(33)	-	94	-	158	23	(44)	137
Total	1.320	170	(117)	(2)	1	(179)	1.193	125	(125)	1.193

(*) Vide nota explicativa nº32

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível – Continuação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2017			Saldo em 31.12.2016		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - varejo	1.359	(858)	501	1.359	(858)	501
Fundo de comércio – varejo	46	-	46	46	-	46
Softwares e implantação	979	(470)	509	878	(390)	488
Softwares Arrendamento Financeiro	370	(233)	137	348	(190)	158
	2.754	(1.561)	1.193	2.631	(1.438)	1.193

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível – Continuação

	Consolidado													
	Saldo 31.12.2015	Adições	Amorti- zação	Baixas	Trans- ferências	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (*)	Varia- ção Cambial	Saldo 31.12.2016	Adições	Amorti- zação	Baixas	Trans- ferências	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (*)	Saldo 31.12.2017
Ágio - varejo	2.272	-	-	(2)	-	(1.116)	(47)	1.107	-	-	-	-	-	1.107
Marcas	2.121	-	-	(4)	1	(2.075)	(4)	39	-	-	-	-	-	39
Fundo de comércio	650	-	(2)	-	6	(574)	-	80	6	-	-	-	-	86
Contrato de aluguel vantajoso - NCB	70	-	(14)	-	-	(56)	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos contratuais	148	65	(28)	-	-	(185)	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	1.127	208	(210)	(70)	(46)	(447)	(39)	523	236	(86)	(9)	(9)	(104)	551
Softwares														
Arrendamento									41	(46)	-	-	(13)	141
Financeiro	89	94	(31)	-	83	(76)	-	159						
Outros	66	69	(2)	(3)	(52)	(64)	(14)	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.543	436	(287)	(79)	(8)	(4.593)	(104)	1.908	283	(132)	(9)	(9)	(117)	1.924

(*) Vide nota explicativa nº32

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangíveis – Continuação

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2017			Saldo em 31.12.2016		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - varejo	2.217	(1.110)	1.107	2.217	(1.110)	1.107
Marcas	39	-	39	39	-	39
Fundo de comércio (nota explicativa nº15.2)	86	-	86	80	-	80
Software	1.038	(487)	551	929	(406)	523
Software Arrendamento Financeiro	377	(236)	141	349	(190)	159
Total intangível	3.757	(1.833)	1.924	3.614	(1.706)	1.908

15.1 Testes de não recuperação do ágio, marcas e de intangíveis sem vida útil definida

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio adquirido por meio de combinações de negócios e marcas com vidas úteis indefinidas que foram alocados a duas UGCs, as quais são: varejo e atacado de autosserviços.

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo com base no valor em uso de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração, para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,9%, e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para cada um dos segmentos. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Vide mais detalhamento na nota explicativa nº6.1(b).

15.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

15.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Adições	125	170	283	436
Arrendamentos financeiros	(23)	(88)	(41)	(94)
Direitos contratuais	-	-	-	(65)
Financiamento de intangíveis – Pagamentos	4	2	69	2
Total	106	84	311	279

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores de produtos	5.564	5.492	8.554	7.763
Fornecedores de serviços	330	278	412	320
Acordos comerciais (nota explicativa nº16.2)	(517)	(679)	(838)	(851)
	5.377	5.091	8.128	7.232

16.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia, para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contra partida de encargos financeiros.

16.2 Acordos comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorram pelo montante líquido.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

17.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<u>Debêntures e nota promissória</u>					
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota explicativa nº17.4)	99,84% do CDI	3.015	2.472	3.015	2.472
		3.015	2.472	3.015	2.472
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	3,88% a.a	7	8	45	51
Capital de giro	104,80% do CDI	285	1.129	285	1.302
Capital de giro	TR + 9,80 % a.a.	19	21	125	135
Arrendamento financeiro (nota explicativa nº22)		181	203	195	215
Contratos de swap (nota explicativa nº 17.7)	101,40% do CDI	(3)	(2)	(19)	(10)
Custo de captação		(2)	(3)	(4)	(6)
		487	1.356	627	1.687
<u>Em moeda estrangeira</u>					
(nota explicativa nº17.5)					
Capital de giro	USD + 2,57% a.a.	333	1.360	664	1.361
Capital de giro	EURO + 1,99% a.a.	200	173	200	172
Contratos de swap (nota explicativa nº17.7)	103,53% do CDI	53	177	55	177
Custo de captação		(1)	-	(1)	-
		585	1.710	918	1.710
Total		4.087	5.538	4.560	5.869
Ativo não circulante		12	-	28	-
Passivo circulante		1.223	2.763	1.251	2.957
Passivo não circulante		2.876	2.775	3.337	2.912

17.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	5.538	5.869
Captações – capital de giro	2.024	7.789
Captações – arrendamento	23	41
Provisão de juros	342	748
Contratos de swap	70	114
Marcação a mercado	17	12
Variação cambial e monetária	21	22
Custo de captação	9	9
Amortizações de juros	(648)	(1.131)
Amortizações de principal	(3.107)	(8.336)
Amortizações de swap	(202)	(318)
Passivos relacionados aos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº32)	-	(259)
Em 31 de dezembro de 2017	4.087	4.560

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

17.2 Movimentação dos empréstimos - Continuação

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	4.105	7.978
Captações – capital de giro	2.401	8.082
Captações – arrendamento	88	100
Provisão de juros	409	862
Contratos de <i>swap</i>	643	920
Marcação a mercado	(18)	(22)
Variação cambial e monetária	(417)	(635)
Custo de captação	3	4
Amortizações de juros	(248)	(624)
Amortizações de principal	(1.447)	(6.876)
Amortizações de <i>swap</i>	14	19
Incorporação	5	-
Passivos relacionados aos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº32)	-	(3.939)
Em 31 de dezembro de 2016	5.538	5.869

17.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos incluindo derivativos reconhecidos no ativo e passivo não circulante

<u>Ano</u>	Controladora	Consolidado
De 1 a 2 anos	1.536	1.892
De 2 a 3 anos	1.279	1.298
De 3 a 4 anos	21	40
De 4 a 5 anos	5	24
Após 5 anos	32	66
Subtotal	2.873	3.320
Custo de captação	(9)	(11)
Total	2.864	3.309

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

[illegible]

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio - Continuação

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

A amortização dessas debêntures ocorre em (i) parcelas anuais a partir do 4º ano da emissão (12ª emissão da CBD) com remuneração semestral; (ii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (13ª e 14ª emissão da CBD).

A 12ª, 13ª e 14ª emissão têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

Em 1º de agosto de 2016, foi realizada a 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia. Foram emitidas 200 notas promissórias com valor unitário de R\$2,50, totalizando R\$500. Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram integralmente utilizados para reforço do capital de giro da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2016, a CBD realizou a 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram colocadas de forma privada junto à Ares Serviços Imobiliários Ltda, que por sua vez, cedeu e transferiu para a Ápice Securitizadora S.A., a qual adquiriu as Debêntures e os Direitos Creditórios do Agronegócio(CRA) com o propósito de vinculá-los a 2ª série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. Os recursos serão destinados exclusivamente à compra de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros, tais como frutas, verduras, legumes, laticínios, aves e outras proteínas animais in natura diretamente dos produtores rurais e/ou cooperativas rurais.

O montante de R\$1.013 captado tem vencimentos em 20 de dezembro de 2019, com juros de 97,5% do CDI que serão pagos semestralmente.

Em 17 de abril de 2017, a CBD realizou a 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram colocadas de forma privada junto à Ares Serviços Imobiliários Ltda., que por sua vez, cedeu e transferiu para a Ápice Securitizadora S.A., a qual adquiriu as Debêntures e os Direitos Creditórios do Agronegócio (CRA) com o propósito de vinculá-los a 7ª série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. Os recursos serão destinados exclusivamente à compra de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros, tais como frutas, verduras, legumes, laticínios, aves e outras proteínas animais in natura diretamente dos produtores rurais e/ou cooperativas rurais.

O montante de R\$ 1.080 captado tem vencimento em 13 de abril de 2020, com juros de 96% do CDI que serão pagos semestralmente.

17.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2017, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (dólar e euro) para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento, sendo o último vencimento em setembro de 2020.

17.6 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias para alguns contratos de empréstimos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

17.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos, euros e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados nos mesmos prazos e mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2017 foi de 9,93% (14,00% em 31 de dezembro de 2016).

17.8 Abertura do crédito

A Companhia e suas subsidiárias celebraram contratos de abertura de crédito no valor de R\$1.150. Referidos acordos foram efetuados consoante às condições praticadas pelo mercado e possuem vigências para 2018.

17.9 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e nota promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, o GPA tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2017, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)				
Caixa e equivalentes de caixa	2.868	4.496	3.792	5.112
Contas a receber e outras contas a receber	1.223	588	1.625	1.281
Partes relacionadas – ativo	206	359	25	17
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	12	-	28	-
Passivos financeiros:				
Outros passivos financeiros - custo amortizado				
Partes relacionadas – passivo	(387)	(510)	(153)	(147)
Fornecedores	(5.377)	(5.091)	(8.128)	(7.232)
Financiamento por compra de ativo	(95)	(36)	(116)	(120)
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	-	-	(7)
Debêntures	(3.015)	(2.472)	(3.015)	(2.472)
Empréstimos e financiamentos	(470)	(1.336)	(520)	(1.562)
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos	(552)	(1.730)	(989)	(1.835)
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	(62)	-	(64)	-

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota explicativa nº18.3.

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desreconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para os contas a receber parcelados, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

(iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa	2.868	4.496	3.792	5.112
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	12	-	28	-
Empréstimos e financiamentos	(4.099)	(5.538)	(4.588)	(5.869)
Outros passivos de partes relacionadas (nota explicativa nº18.2) (*)	(145)	(149)	(145)	(149)
Dívida líquida	(1.364)	(1.191)	(913)	(906)
Patrimônio líquido	(10.333)	(9.860)	(13.292)	(12.597)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	13%	12%	7%	7%

(*) Representa o saldo a pagar a Greenyellow, referente à compra de equipamentos.

(v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

a) Controladora

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	664	214	11	889
Debêntures e nota promissória	652	2.773	-	3.425
Instrumentos financeiros derivativos	81	5	-	86
Arrendamento mercantil financeiro	60	146	150	356
Fornecedores	5.377	-	-	5.377
Total	6.834	3.138	161	10.133

b) Consolidado

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	702	659	75	1.436
Debêntures e nota promissória	652	2.773	-	3.425
Instrumentos financeiros derivativos	90	20	(3)	107
Arrendamento mercantil financeiro	67	157	156	380
Fornecedores	8.128	-	-	8.128
Total	9.639	3.609	228	13.476

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (euros e dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de referência dos contratos era R\$1.039 (R\$1.768 em 31 de dezembro de 2016). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores (“caps”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Swap com contabilização de <i>hedge</i>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		1.039	1.768	989	1.666
Posição ativa (comprada)					
Taxa prefixada	9,80% a.a.	127	127	125	134
US\$ + fixa	2,57 % a.a.	692	1.421	663	1.362
EUR + fixa	EUR+1,99% a.a.	220	220	200	176
		1.039	1.768	988	1.672
Posição passiva (vendida)					
	103,29% a.a.	(1.039)	(1.768)	(1.024)	(1.839)
Posição de <i>hedge</i> - ativo		-	-	28	-
Posição de <i>hedge</i> - passivo		-	-	(64)	(167)
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	(36)	(167)

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$36 (a pagar de R\$167 em 31 de dezembro de 2016), o ativo está registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros” e o passivo em “Empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 resultaram em um ganho de R\$129 (ganho de R\$722 em 31 de dezembro de 2016).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

(vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais “versus” CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$3,66 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 7,28% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide nota explicativa nº18.2(i).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros - Continuação

(i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2017	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	101,40% do CDI	(106)	(190)	(193)	(196)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	103,53% do CDI	(918)	(1.127)	(1.147)	(1.168)
Debêntures	107% do CDI	(921)	(989)	(1.005)	(1.022)
Debêntures (1ª Emissão CRA)	97,50% do CDI	(1.014)	(1.089)	(1.107)	(1.126)
Debêntures (2ª Emissão CRA)	96% do CDI	(1.096)	(1.176)	(1.197)	(1.217)
Empréstimos bancários - CBD	104,80% do CDI	(285)	(306)	(311)	(317)
Arrendamento mercantil	100,19% do CDI	(58)	(62)	(63)	(64)
Arrendamento mercantil	100% do CDI	(5)	(6)	(6)	(6)
Arrendamento mercantil	95% do CDI	(86)	(92)	(94)	(95)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(4.489)	(5.037)	(5.123)	(5.211)
Equivalentes de caixa (*)	98,07% do CDI	3.328	3.550	3.606	3.662
Exposição líquida:		(1.161)	(1.487)	(1.517)	(1.549)
Efeito líquido - perda:			(326)	(356)	(388)

(*) média ponderada

18.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.3 Mensuração de valor justo - Continuação

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	<u>Valor contábil</u> <u>31.12.2017</u>	<u>Valor justo</u> <u>31.12.2017</u>	<u>Nível</u>
Instrumento financeiro a valor justo por meio de resultado			
Swaps de taxa de juros entre moedas	(55)	(55)	2
Swaps de taxa de juros	19	19	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(989)	(989)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(3.535)	(3.508)	2
Total	<u>(4.560)</u>	<u>(4.533)</u>	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros – Continuação

18.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
					31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Swaps cambiais registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP (US\$ X CDI):								
	Banco Tokyo	US\$ 75	14/01/2014	10/01/2017	-	61	-	59
	Mizuho	US\$ 50	31/10/2014	31/10/2017	-	38	-	37
	Bank of America	US\$ 40	14/09/2015	14/09/2017	-	(26)	-	(25)
	Banco Tokyo	US\$ 50	31/07/2015	31/07/2017	-	(6)	-	(6)
	Scotiabank	US\$ 50	30/09/2015	29/09/2017	-	(39)	-	(37)
	Agricole	EUR 50	07/10/2015	08/10/2018	(24)	(54)	(20)	(42)
	Itaú BBA	US\$ 50	27/10/2015	17/01/2017	-	(60)	-	(61)
	Bradesco	US\$ 50	03/03/2016	06/03/2017	-	(53)	-	(54)
	Scotiabank	US\$ 50	15/01/2016	16/01/2018	(42)	(50)	(42)	(47)
	Scotiabank	US\$ 50	29/09/2017	29/09/2020	9	-	9	-
	Banco Tokyo	US\$ 100	12/12/2017	12/12/2019	(3)	-	(2)	-
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI):								
	Itaú BBA	R\$ 21	11/11/2014	05/11/2026	1	1	3	2
	Itaú BBA	R\$ 54	14/01/2015	05/01/2027	3	1	8	3
	Itaú BBA	R\$ 52	26/05/2015	05/05/2027	2	2	8	4
					(54)	(185)	(36)	(167)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

19.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
PIS e COFINS	49	46	52	49
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	38	10
ICMS	42	48	65	75
Imposto de renda retido na fonte	12	-	13	22
Impostos parcelados – PERT (i)	174	-	176	-
INSS	2	8	4	9
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (ii)	511	621	511	624
Outros	4	6	8	5
	794	729	867	794
Circulante	228	189	301	254
Não circulante	566	540	566	540

- (i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos provisionados relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (Nota explicativa nº21.1). O PERT será liquidado integralmente em caixa em parcelas mensais em 12 anos.
- (ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) - a Lei nº11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporciona dos pela adesão a esse parcelamento. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

19.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	105
De 2 a 3 anos	99
De 3 a 4 anos	99
De 4 a 5 anos	82
Após 5 anos	181
	566

Os efeitos líquidos no resultado das atividades continuadas relacionados a decisão de adesão ao PERT resultaram numa despesa de R\$183.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

20.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	708	(489)	779	(47)
Crédito (Despesa) de IR e CSLL à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(177)	122	(267)	(29)
Multas fiscais	(24)	(19)	(25)	(26)
Equivalência patrimonial	158	8	(9)	21
Juros sobre capital próprio (*)	(4)	(35)	16	13
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(10)	8	(12)	(3)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(57)	84	(297)	(24)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	(10)	(21)	(171)	(126)
Diferidos	(47)	105	(126)	102
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(57)	84	(297)	(24)
Taxa efetiva	8,05%	17,18%	38,13%	(51,06)%

A CBD não paga contribuição social com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, portanto a alíquota é 25%.

(*) Efeito de imposto de renda sobre juros sobre capital próprio.

20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.12.2017			31.12.2016		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	178	-	178	32	-	32
Provisão para demandas judiciais	204	-	204	251	-	251
Amortização fiscal de ágio	-	(54)	(54)	-	(37)	(37)
Ajuste a marcação a mercado	-	(1)	(1)	-	(6)	(6)
Inovação tecnológica realização futura	-	(13)	(13)	-	(16)	(16)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	-	(111)	(111)	-	(80)	(80)
Ganhos não realizados com créditos tributários (nota explicativa nº11)	-	(185)	(185)	-	-	-
Outras	91	(1)	90	29	(18)	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	473	(365)	108	312	(157)	155
Compensação	(365)	365	-	(157)	157	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	108	-	108	155	-	155

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social - Continuação

20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação

	Consolidado					
	31.12.2017			31.12.2016		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	200	-	200	112	-	112
Provisão para demandas judiciais	289	-	289	347	-	347
Amortização fiscal de ágio	-	(585)	(585)	-	(531)	(531)
Ajuste a marcação a mercado	-	(7)	(7)	-	(8)	(8)
Inovação tecnológica realização futura	-	(13)	(13)	-	(16)	(16)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	-	(112)	(112)	-	(81)	(81)
Ganhos não realizados com créditos tributários (nota explicativa nº11)	-	(185)	(185)	-	-	-
Outras	145	(5)	140	30	-	30
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	634	(907)	(273)	489	(636)	(147)
Compensação	(513)	513	-	(319)	319	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	121	(394)	(273)	170	(317)	(147)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	79	163
De 1 a 2 anos	99	175
De 2 a 3 anos	117	117
De 3 a 4 anos	123	123
De 4 a 5 anos	55	56
	473	634

20.3 Alterações em imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
No início do exercício	155	50	(147)	(778)
Despesas no exercício – Operações continuadas	(47)	105	(126)	102
Despesas no exercício – Operações descontinuadas	-	-	164	11
Reorganização societária	-	-	-	(4)
Variação cambial	-	-	-	(10)
Programa Especial de Regularização Tributária – PERT – Operações descontinuadas – uso de prejuízos fiscais	-	-	(89)	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº32)	-	-	(75)	522
Outros	-	-	-	10
No final do exercício	108	155	(273)	(147)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

21.1 Controladora

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	109	428	254	80	20	891
Adições	33	70	141	35	23	302
Pagamentos	-	(2)	(40)	(16)	(11)	(69)
Reversões	(53)	(61)	(116)	(30)	(15)	(275)
Transferência para impostos parcelados	-	(89)	-	-	-	(89)
Atualização monetária	(16)	17	35	12	4	52
Saldo em 31 de dezembro de 2017	73	363	274	81	21	812

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63	187	152	71	17	490
Adições	36	227	117	44	20	444
Pagamentos	-	-	(21)	(13)	(5)	(39)
Reversões	-	(9)	(18)	(35)	(16)	(78)
Atualização monetária	10	23	24	13	4	74
Saldo em 31 de dezembro de 2016	109	428	254	80	20	891

21.2 Consolidado

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	148	586	302	109	32	1.177
Adições	162	125	856	241	44	1.428
Pagamentos	-	(37)	(301)	(94)	(15)	(447)
Reversões	(114)	(102)	(328)	(178)	(31)	(753)
Transferência para impostos parcelados	(42)	(89)	-	-	-	(131)
Atualização monetária	(26)	38	116	34	5	167
Passivos relacionados a ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº32)	(54)	42	(314)	(7)	(1)	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	74	563	331	105	34	1.107

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.2 Consolidado - Continuação

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	103	414	597	248	34	1.396
Adições	91	325	680	291	35	1.422
Pagamentos	-	(29)	(251)	(125)	(10)	(415)
Reversões	(4)	(19)	(153)	(140)	(26)	(342)
Atualização monetária	14	38	79	38	6	175
Variação cambial	-	(2)	(2)	(8)	-	(12)
Passivos relacionados a ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº32)	(56)	(141)	(648)	(195)	(7)	(1.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	148	586	302	109	32	1.177

21.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

21.3.1 PIS e COFINS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deve ser excluído das bases de cálculo do PIS e da Cofins, em linha com a tese pleiteada pela Companhia. Com base nesta decisão e nas opiniões legais dos seus consultores jurídicos, a Companhia concluiu que não é provável o desembolso de caixa em relação aos valores não recolhidos em períodos anteriores e reverteu provisão de R\$117 no primeiro trimestre de 2017.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da administração quanto a reversão da provisão para demandas judiciais sobre este tema anteriormente registrada, todavia sem que houvesse a decisão final aguardada sobre o tema, relacionada ao julgamento do recurso interposto pela procuradoria. A Companhia e seus assessores estimam que a decisão não limitará o direito da ação judicial proposta pela Companhia, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados desde o ingresso da ação em 2003. Com base em levantamento preliminar a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estima o valor potencial dos créditos para o Varejo num intervalo de R\$1.300 a R\$1.850. Neste momento os cálculos para o Atacado de Autosserviços estão em fase de validação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.3 Tributárias – Continuação

21.3.1 PIS e COFINS- Continuação

Ainda em relação ao tema, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 da Via Varejo S.A., os créditos desta controlada, classificada como operações descontinuadas, foram estimados em aproximadamente R\$1.384. Adicionalmente, R\$425 adicionais de crédito da atividade descontinuada é atribuível em virtude de acordo entre acionistas a Companhia.

Em relação ao valor provisionado remanescente a outros assuntos tais como discussões relativas a PIS e COFINS, não homologação de compensações, incluindo valores de menor expressão, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$184, sendo R\$74 de operação continuada e R\$110 de operação descontinuada (R\$204 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$148 de operação continuada e R\$56 de operação descontinuada).

21.3.2 Fiscais

A Companhia registrou durante 2º trimestre de 2017, os efeitos do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. Os temas abrangidos são relativos a causas sobre transações de compras, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ) e não homologação de compensações, que totalizavam a provisão de R\$146, sendo R\$89 de operação continuada e R\$57 de operação descontinuada.

Adicionalmente, durante o 3º trimestre houve adesão ao PEP - Parcelamento Estadual do Estado de São Paulo, referentes às autuações fiscais relacionadas à aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota e obrigações acessórias pelos fiscos, que totalizavam a provisão de R\$28, sendo R\$6 de operação continuada e R\$22 de operação descontinuada.

Após as adesões aos parcelamentos mencionadas acima, remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) outros assuntos de menor expressão. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 para esses assuntos é R\$184 sendo R\$183 de operação continuada de operação continuada e R\$1 de operação descontinuada (R\$408 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$356 de operação continuada e R\$52 de operação descontinuada).

ICMS

Em decorrência do julgamento do Supremo Tribunal Federal ("STF"), em 16 de outubro de 2014, foi decidido que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A Companhia, com auxílio de seus assessores externos, entendeu adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R\$142 em 31 de dezembro de 2017 (R\$153 em 31 de dezembro de 2016), por considerar esta demanda como perda "provável". Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Administração do desembolso provável de caixa necessário para liquidar esta demanda.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

21.3 Tributárias – Continuação

21.3.2 Fiscais - Continuação

Adicionalmente, existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2017, a Companhia mantém provisão de R\$167 (R\$138 em dezembro de 2016), que representa a estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo.

21.3.3 Lei complementar nº110/01

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. . O montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$72 sendo R\$71 de operação continuada e R\$1 de operação descontinuada (R\$77 de operação continuada em 31 de dezembro de 2016).

21.3.4 Outros passivos contingentes de natureza fiscal – Via Varejo

Foram constituídas provisões tributárias de passivos contingentes, na ocasião da combinação de negócios com a Via Varejo, de acordo com o requerido no CPC 15(R1)/(IFRS 3). Em 31 de dezembro de 2017 o montante registrado é de R\$90 (R\$89 em 31 de dezembro de 2016). Esses casos provisionados referem-se principalmente a processos administrativos relativos às compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

21.3.5 Outros passivos contingentes de natureza fiscal – Bartira

No terceiro trimestre de 2016, a Companhia reverteu quase na sua totalidade as contingências oriundas da combinação de negócios da Bartira registrados em 2013. O valor revertido é composto por R\$6 de contingências tributárias e R\$11 de contingências trabalhistas, totalizando R\$17. O saldo remanescente para o período de 31 de dezembro 2017 é de R\$1 (R\$1 em 31 de dezembro de 2016).

21.4 Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$1.284, sendo R\$331 de operação continuada e R\$953 de operação descontinuada (R\$950 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$302 de operação continuada e R\$648 de operação descontinuada. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

21.5 Cíveis e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuizaram e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o montante da provisão para essas ações é de R\$125, sendo R\$61 de operação continuada e R\$64 de operação descontinuada (R\$121 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$49 de operação continuada e R\$72 de operação descontinuada), para as quais não há depósitos judiciais.
- A Companhia e suas subsidiárias ajuíza e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2017, o montante da provisão para essas ações é de R\$43, sendo R\$34 de operação continuada e R\$9 de operação descontinuada (R\$39 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$32 de operação continuada e R\$7 de operação descontinuada).
- Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2017 é de R\$146 sendo R\$44 de operação continuada e R\$102 de operação descontinuada (R\$143 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$60 de operação continuada e R\$83 de operação descontinuada).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2017 é de R\$314, sendo R\$139 de operação continuada e R\$175 de operação descontinuada (R\$343 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$141 de operação continuada e R\$202 de operação descontinuada).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os saldos de processos possíveis sem qualquer tipo de indenização totalizam um montante atualizado de R\$11.778, sendo R\$10.159 de operação continuada e R\$1.619 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2017 (R\$12.221 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$10.736 de operação continuada e R\$1.485 de operação descontinuada), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$474, sendo R\$443 de operação continuada e R\$31 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2017 (R\$421 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$389 de operação continuada e R\$32 de operação descontinuada). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, IRRF, CSLL, IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. Dentre estes, há a autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio (ágio Mandala) ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$85 de IRPJ e CSLL (R\$79 em 31 de dezembro de 2016). Os processos aguardam julgamento administrativo e judicial. O montante envolvido equivale a R\$964, sendo R\$826 de operação continuada e R\$138 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.192 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$1.052 de operação continuada e R\$140 de operação descontinuada).
- COFINS, PIS e CPMF e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações realizadas com créditos de IPI adquiridos de terceiros e autorizados por medida judicial transitada em julgado; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS de produtos preponderantemente monofásico, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$2.124, sendo R\$1.705 de operação continuada e R\$419 de operação descontinuada de 31 de dezembro de 2017 (R\$2.532 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$2.140 de operação continuada e R\$392 de operação descontinuada). A Companhia registrou os efeitos do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e realizou a adesão nos meses de agosto e setembro de 2017. Os temas abrangidos são relativos a causas de CPMF, PIS e COFINS e outros temas de menor expressão, que totalizam R\$344.
- ICMS - o GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$7.246, sendo R\$6.493 de operação continuada e R\$753 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2017 (R\$6.832 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$6.269 de operação continuada e R\$563 de operação descontinuada), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial. A Companhia aderiu ao PEP - Parcelamento Estadual do Estado de São Paulo, em agosto de 2017, referente a determinadas autuações relativas a apropriação de créditos nas aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o Fisco Paulista dentre outros valores de menor expressão, que totalizam R\$81, sendo R\$68 de operação continuada e R\$13 de operação descontinuada.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.6 Outros passivos contingentes não provisionados – Continuação

- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS – ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo valor monta R\$281, sendo R\$150 de operação continuada e R\$131 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2017 (R\$292 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$165 de operação continuada e R\$127 de operação descontinuada) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$689, sendo R\$542 de operação continuada e R\$147 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2017 (R\$953 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$722 de operação continuada e R\$231 de operação descontinuada).

A Companhia possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R\$1.223 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.141 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2017 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$201, sendo R\$182 de operação continuada e R\$19 de operação descontinuada (R\$168, sendo R\$155 de operação continuada e R\$13 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2016).

21.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Tributárias	138	120	204	181
Trabalhistas	423	383	474	414
Cíveis e outras	33	17	42	26
Regulatórias	15	14	42	40
Total	609	534	762	661

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais – Continuação

21.8 Garantias

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>		<u>Carta de fiança / Seguro garantia</u>		<u>Total</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tributárias	858	851	7.324	6.867	8.182	7.718
Trabalhistas	3	3	91	26	94	29
Cíveis e outras	-	-	125	53	125	53
Regulatórias	6	9	154	111	160	120
Total	867	863	7.694	7.057	8.561	7.920

O custo das garantias é aproximadamente 0,81% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

21.9 Ação Minoritários Cnova N.V.

A associada Cnova N.V., alguns de seus antigos e atuais diretores, e os subscritores da oferta pública inicial da Cnova N.V. - IPO, foram nomeados como réus em uma ação na Corte do Distrito Sul de Nova Iorque – Estados Unidos, em relação ao assunto de investigação interna, concluída em 22 de julho de 2016, conduzida pela Cnova N.V., Cnova Brasil e seus assessores. Em 11 de outubro de 2017, a Corte do Distrito Sul de Nova Iorque – Estados Unidos aprovou preliminarmente um acordo com os acionistas litigantes.

Ainda sujeito aos termos do acordo, um fundo de US\$28,5 milhões será disponibilizado por Cnova N.V. para distribuição entre os antigos acionistas de Cnova, bem como os advogados litigantes. Uma parte deste valor será usada para custos administrativos. Adicionalmente, ainda sujeito aos termos do acordo, não recaiu sobre os réus dívidas que emanaram das alegações na ação coletiva. De acordo com as instruções da corte, o acordo será aprovado definitivamente em 15 de março de 2018. Nos próximos meses, notificações serão enviadas aos advogados dos litigantes com informações sobre o acordo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Operações de arrendamento mercantil

22.1 Arrendamento operacional

(i) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que os contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência. Na ocorrência de cancelamento do contrato serão devidos pagamentos mínimos de rescisão, os quais podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal sobre o valor total do aluguel remanescente até o final do contrato, como está demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Pagamentos mínimos na rescisão	356	309	392	339
Total	356	309	392	339

(ii) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Despesas (receitas) do exercício:				
Pagamentos contingentes	457	437	484	504
Pagamentos não contingentes	286	228	453	368
Subarrendamentos (*)	(166)	(127)	(174)	(145)

(*) Refere-se, principalmente, aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

22.2 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$195 em 31 de dezembro de 2017 (R\$215 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	46	38	51	41
De 1 a 5 anos	110	138	117	144
Mais de 5 anos	25	27	27	30
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	181	203	195	215
Encargos futuros de financiamento	175	195	185	207
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	356	398	380	422

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas a apropriar

A Companhia recebeu valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Sendas recebeu valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*), para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Garantias complementares ou estendidas	27	35	27	35
Contrato de permuta	-	-	14	12
Contrato de prestação de serviço – <i>Allpark</i>	13	15	13	15
<i>Back lights</i>	-	-	104	85
Compromisso de venda futura (nota explicativa nº 23.1)	-	100	-	100
Outros	10	1	10	1
	50	151	168	248
Circulante	28	127	146	224
Não circulante	22	24	22	24

23.1 Compromisso de venda futura

A Companhia assinou um compromisso de venda de um de seus centros de distribuição, recebendo adiantamento de R\$100 em dezembro de 2016. Em 2017 foi reconhecida a venda deste ativo por R\$176, com resultado líquido de R\$40.

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2017, é representado por 266.579 (266.076 em 31 de dezembro de 2016) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias (99.680 em 31 de dezembro de 2016) e 166.899 em milhares de ações preferenciais (166.396 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23 de fevereiro de 2017, 23 de março de 2017, 27 de abril de 2017, 25 de julho de 2017, 26 de outubro de 2017 e 15 de dezembro de 2017, foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$11 (R\$5 em 31 de dezembro de 2016) mediante a emissão de 487 mil de ações preferenciais (374 mil de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017 o capital social é de R\$ 6.822 (R\$ 6.811 em 31 de dezembro de 2016).

24.2 Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo, para fins de cálculo do respectivo valor, o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.2 Direitos das ações - Continuação

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanece registrada como ações em tesouraria, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

24.3 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1)/ (IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações.

24.4 Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

Em 9 de maio de 2014, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (i) a descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações “Ações com Açúcar” (“Plano de Opção Antigo”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, para novas outorgas de opções, sem prejuízo das opções já outorgadas que permanecerão em vigor sob os mesmos termos e condições; (ii) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de opção”); e (iii) a criação do Plano de remuneração em opção de compra de ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de remuneração” e, em conjunto com o Plano de opção antigo e o Plano de opção, os “Planos”).

A seguir descrevemos nossos planos que foram outorgados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e estavam com opções vigentes em 31 de dezembro de 2016 e os dois planos em vigor no exercício social corrente.

Plano de opção antigo

Nosso Plano de opção antigo é administrado por um comitê eleito pelo nosso Conselho de Administração, denominado Comitê de Administração do Plano de outorga de opção de compra de ações (“Comitê de *Stock Option*”). Este comitê determinava os funcionários a serem beneficiados com opções de compra de ações, com base em suas atribuições, responsabilidades e *performance*, definindo as condições aplicáveis.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – continuação

Plano de opção antigo - continuação

Nosso Comitê de *Stock Option* desenvolve séries anuais de outorga de opções. Cada série de outorga recebeu um número de série iniciado pela letra A. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries A7 do Plano de opção antigo.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de opção antigo podem ser diferenciadas em *Gold* e *Silver*, diferenciação que implica em alteração no preço de exercício das opções.

Nas opções classificadas como *Silver*, o preço de exercício por ação preferencial era o correspondente à média do preço de fechamento nas negociações de ações preferenciais de emissão da nossa Companhia, realizadas nos últimos 20 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores à data em que o Comitê de *Stock Option* deliberou a outorga da opção. Após apurado esse preço médio, era aplicado um deságio de 20%. Nas opções classificadas como *Gold*, o preço de exercício por ação preferencial era o correspondente a R\$0,01. Em ambos os casos os preços não são atualizados.

O Comitê de *Stock Option* aprovou novos critérios para apuração do índice de redução e/ou aumento (redutor ou acelerador) da quantidade de opções outorgadas classificadas como *Gold*, em cada série do Plano de opção antigo, de acordo com a análise de cumprimento do conceito do retorno sobre o capital investido (ROIC). De acordo com o item 3.3 do Plano de opção antigo, o Comitê decidiu que a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo “Gold” das séries A6 e A7 seria apurado com base no atendimento do *Return on Capital Employed (ROCE)* da CBD.

Não há um limite para a redução ou aceleração naquele novo critério aprovado. No *vesting* da opção seria calculado o *ROIC/ROCE* médio dos três últimos exercícios sociais, a partir do *ROIC/ROCE* determinado na outorga de cada série.

Como regra geral do Plano de opção antigo, o direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês, contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, em que o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações correspondentes às opções que lhe tenha sido outorgada (considerando, inclusive, a redução ou a aceleração de opções Gold aprovada pelo Comitê de Stock Option no 35º mês após a outorga das opções).

As opções outorgadas no âmbito do Plano de opção antigo podem ser exercidas de forma integral ou em partes. Vale ressaltar que as opções *Gold* são adicionais às opções *Silver* e, dessa forma, as opções *Gold* somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções *Silver*.

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de opção antigo deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário, em uma única parcela devida, 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B2, B3 e B4 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção

O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C2, C3 e C4 do Plano de opção.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Plano de opção - Continuação

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício		Lote de opções			Total em vigor	
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída		Expiradas
Saldo em 31 de dezembro de 2017										
Série B1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	0,01	0,01	239	(166)	(73)	-	-
Série C1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	83,22	83,22	239	(12)	(108)	(119)	-
Série B2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	0,01	0,01	337	(119)	(37)	-	181
Série C2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	77,27	77,27	337	-	(71)	-	266
Série B3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	0,01	0,01	823	(246)	(41)	-	536
Série C3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	37,21	37,21	823	(130)	(42)	-	651
Série B4	31/05/2017	31/05/2020	30/11/2020	0,01	0,01	537	(146)	(11)	-	380
Série C4	31/05/2017	31/05/2020	30/11/2020	56,78	56,78	537	(1)	(11)	-	525
						3.872	(820)	(394)	(119)	2.539

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício		Lote de opções			
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2016									
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(490)	(36)	-
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(490)	(36)	-
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(231)	(43)	84
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(230)	(43)	85
Série B1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	0,01	0,01	239	(27)	(58)	154
Série C1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	83,22	83,22	239	(11)	(84)	144
Série B2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	0,01	0,01	337	(75)	(32)	230
Série C2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	77,27	77,27	337	-	(55)	282
Série B3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	0,01	0,01	823	(165)	(28)	630
Série C3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	37,21	37,21	823	(10)	(28)	785
						4.566	(1.729)	(443)	2.394

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações - GPA

A Companhia instituiu dois planos de opção de compra de ações preferenciais em 2017, sendo séries B4 e C4.

Conforme os termos dos planos das séries, inclusive séries B4 e C4, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação preferencial da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, inclusive séries B4 e C4, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia. Para este plano foram outorgados 1.073 mil opções de ações.

Em 31 de dezembro de 2017, havia 233 mil ações preferenciais em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação preferencial da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$78,93 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2017 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2017	31.12.2016
Quantidade de ações total	266.579	266.076
Saldo das séries outorgadas em vigor	2.539	2.394
Percentual máximo de diluição	0,95%	0,90%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B1 e C1: (a) expectativa de dividendos de 0,96%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 22,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,70%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B2 e C2: (a) expectativa de dividendos de 1,37%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 24,34% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 12,72%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B3 e C3: (a) expectativa de dividendos de 2,50%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 30,20% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 13,25%.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações - GPA – Continuação.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B4 e C4: (a) expectativa de dividendos de 0,57%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 35,19% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,28% e 10,07%; período de vesting de 18 a 36 meses.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2017 é de 1,53 (1,84 anos em 31 de dezembro de 2016). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$39,07 (R\$43,06 em 31 de dezembro de 2016).

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	
Em 31 de dezembro de 2016			
Outorgadas durante o exercício	1.645	18,61	
Canceladas durante o exercício	(144)	40,40	
Exercidas durante o exercício	(374)	13,39	
Em aberto no fim do exercício	2.394	29,21	1,84
Total a exercer em 31 de dezembro de 2016	2.394	29,21	1,84
Em 31 de dezembro de 2017			
Outorgadas durante o exercício	1.073	28,40	
Canceladas durante o exercício	(110)	40,56	
Exercidas durante o exercício	(699)	22,14	
Expiradas durante o exercício	(119)	83,22	
Em aberto no fim do exercício	2.539	29,48	1,53
Total a exercer em 31 de dezembro de 2017	2.539	29,48	1,53

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$16 (R\$21 em 31 de dezembro de 2016).

24.6 Variação cambial de investimento no exterior

Efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados de euros para Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cnova N.V. O efeito na controladora foi de R\$(17) (R\$88 na controladora e R\$146 para não controladores em 31 de dezembro de 2016).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido – Continuação

24.7 Transação com não controladores

Em 2017 e 2016, os valores registrados diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido na linha Transação com não controladores, referem-se a:

31.12.2017	Controladores	Participação de não controladores	Consolidado
Outras transações com não controladores	(2)	-	(2)

31.12.2016 (*)	Controladores	Participação de não controladores	Consolidado
Mudança de participação em Cnova Brasil	(127)	127	-
Mudança de participação em Cdiscount	1	7	8
Pagamento na troca de ações de Cnova N.V. por de Cnova Brasil	(20)	(27)	(47)
Equivalência sobre o efeito da troca de ações na Cdiscount	14	-	14
Venda de subsidiárias da Cdiscount	(11)	45	34
Outras transações com não controladores	5	13	18
	(138)	165	27

(*) vide nota explicativa nº 32.1.

24.8 Aquisição de participação em Cdiscount Colômbia

Em julho de 2016, a subsidiária CNova N.V. e os acionistas minoritários (Almacênes Exito, detentores de 29%) firmaram novo acordo no qual Êxito comprará a participação remanescente. Como consequência o valor referente a instrumentos de opções recíprocas de compra e venda foi cancelado gerando um efeito no patrimônio líquido da Companhia de R\$28 (R\$9 na controladora e R\$19 em não controladores).

24.9 Dividendos

Em 01 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou antecipações de distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$81, sendo R\$0,315075726411 por ação preferencial e R\$0,286432511282 por ação ordinária, pagos em 15 de dezembro de 2017.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de juros sobre capital próprio aos seus acionistas no valor líquido de R\$69, realizada no exercício de 2017. O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, com a apuração do resultado do ano.

	Dividendos propostos	
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	619	(482)
Reserva legal	(31)	-
Base de cálculo dos dividendos	588	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	147	-
Juros sobre capital próprio intermediários pagos	(69)	-
Dividendos a pagar	78	-

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita bruta de vendas:				
Mercadorias	28.286	27.950	48.597	45.267
Prestação de serviços	359	274	365	294
Devoluções e cancelamento de vendas	(481)	(529)	(523)	(592)
	28.164	27.695	48.439	44.969
Impostos	(2.174)	(2.168)	(3.805)	(3.515)
Receita líquida	25.990	25.527	44.634	41.454

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Custo com estoques	(16.977)	(17.337)	(32.425)	(30.473)
Despesas com pessoal	(3.541)	(3.477)	(4.691)	(4.503)
Serviços de terceiros	(532)	(453)	(648)	(587)
Despesas funcionais	(1.891)	(1.778)	(2.376)	(2.304)
Despesas comerciais	(735)	(704)	(1.003)	(953)
Outras despesas	(470)	(447)	(564)	(564)
	(24.146)	(24.196)	(41.707)	(39.384)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(18.290)	(18.599)	(33.931)	(31.933)
Despesas com vendas	(5.124)	(4.957)	(6.804)	(6.567)
Despesas gerais e administrativas	(732)	(640)	(972)	(884)
	(24.146)	(24.196)	(41.707)	(39.384)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Parcelamento de impostos e contingências tributárias (a)	(191)	(318)	(217)	(357)
Gastos com integração e reestruturação (b)	(119)	(81)	(107)	(99)
Resultado com ativo imobilizado (c)	(187)	(85)	(247)	(99)
Outros	(10)	(12)	(8)	(12)
Total	(507)	(496)	(579)	(567)

- a) Em 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$317 relacionado a causas de imposto de renda, ICMS, PIS/COFINS e multa por obrigações acessórias legais reclassificadas de possível para provável, além de R\$ 40 relacionados a efeitos de parcelamento. Adicionalmente em 2017 foram provisionados temas fiscais relacionados a ICMS, imposto de renda, CPMF, etc, incluído efeitos do parcelamento de tributos.
- b) A Companhia implantou uma série de medidas para adequar a estrutura das suas despesas, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas.
- c) Inclui efeitos de inventários de itens do imobilizado, baixas no curso normal da operação e efeitos líquidos das indenizações previstas no sinistro do Centro de Distribuição em Osasco ocorrido em 27 de dezembro de 2017.

28. Resultado financeiro, líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(467)	(638)	(498)	(705)
Custo com antecipação de recebíveis	(107)	(124)	(144)	(163)
Atualizações monetárias passivas	(123)	(146)	(131)	(174)
Outras despesas financeiras	(115)	(78)	(138)	(92)
Total de despesas financeiras	(812)	(986)	(911)	(1.134)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	30	61	38	84
Atualizações monetárias ativas	114	123	137	137
Outras receitas financeiras	8	2	6	10
Total de receitas financeiras	152	186	181	231
Total	(660)	(800)	(730)	(903)

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica "Custo da dívida" e estão divulgados na nota explicativa nº18.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2017			31.12.2016		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. continuadas	312	170	482	(44)	(27)	(71)
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	89	48	137	(257)	(154)	(411)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	401	218	619	(301)	(181)	(482)
Denominador básico (milhões de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	166	100	266	166	100	266
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - operações continuadas	1,87356	1,70324		(0,26891)	(0,26891)	
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	0,53335	0,48487		(1,54778)	(1,54778)	
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - total	2,40692	2,18810		(1,81669)	(1,81669)	
Numerador diluído						
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. continuadas	312	170	482	(44)	(27)	(71)
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	89	48	137	(257)	(154)	(411)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	401	218	619	(301)	(181)	(482)
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	166	100	266	166	100	266
Opções de compra de ações	1	-	1	-	-	-
Média ponderada diluída das ações (milhões)	167	100	267	166	100	266
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - operações continuadas	1,86188	1,69955		(0,26891)	(0,26891)	
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	0,52887	0,48118		(1,54778)	(1,54778)	
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - total	2,39074	2,18073		(1,81669)	(1,81669)	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as opções de compras de ações não têm efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls & Properties”.
- Atacado de autosserviços - inclui a bandeira “ASSAÍ”.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 22 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade.

Os segmentos eletroeletrônico e comércio eletrônico foram reclassificados para Operações Descontinuadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (vide no explicativa nº32) e mantidos nesta nota explicativa para fins de reconciliação com as informações contábeis consolidadas.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Informações sobre os segmentos – Continuação

Descrição	Varejo (*)		Atacado de autosserviços		Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (**)		Subtotal		Eliminação/Outros (***)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	26.194	26.967	18.440	14.487	-	-	44.634	41.454	-	-	44.634	41.454
Lucro bruto	7.762	7.351	2.941	2.170	-	-	10.703	9.521	-	-	10.703	9.521
Depreciação e amortização	(604)	(576)	(175)	(131)	-	-	(779)	(707)	-	-	(779)	(707)
Equivalência patrimonial	64	77	-	-	-	-	64	77	(124)	(17)	(60)	60
Lucro operacional	811	396	822	477	-	-	1.633	873	(124)	(17)	1.509	856
Resultado financeiro líquido	(682)	(808)	(48)	(95)	-	-	(730)	(903)	-	-	(730)	(903)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda - IR e CSLL	129	(413)	774	383	-	-	903	(30)	(124)	(17)	779	(47)
IR e CSLL	(63)	76	(234)	(100)	-	-	(297)	(24)	-	-	(297)	(24)
Lucro (prejuízo) de op. continuadas	66	(337)	540	283	-	-	606	(54)	(124)	(17)	482	(71)
Lucro (prejuízo) de op. descontinuadas	(33)	(78)	-	-	416	(927)	383	(1.005)	-	-	383	(1.005)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	33	(415)	540	283	416	(927)	989	(1.059)	(124)	(17)	865	(1.076)
Ativo circulante	7.202	8.938	3.093	2.417	23.182	20.538	33.477	31.893	(257)	(242)	33.220	31.651
Ativo não circulante	11.168	10.955	3.568	2.620	-	-	14.736	13.575	(28)	(9)	14.708	13.566
Passivo circulante	7.966	9.171	3.414	3.020	17.897	15.642	29.277	27.833	(285)	(251)	28.992	27.582
Passivo não circulante	4.943	4.747	701	291	-	-	5.644	5.038	-	-	5.644	5.038
Patrimônio líquido	5.461	5.975	2.546	1.726	5.285	4.896	13.292	12.597	-	-	13.292	12.597

(*) O segmento do varejo inclui GPA Malls & Properties.

(**) Vide nota explicativa nº32

(***) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias. Na visão dos Administradores, as eliminações do resultado são efetuadas dentro do próprio segmento, além da equivalência da Companhia sobre Luxco.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Informações sobre os segmentos – Continuação

Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	31.12.2017	31.12.2016
Extra	16.110	16.776
Assaí	18.440	14.487
Pão de Açúcar	6.659	6.711
Proximidade	1.085	1.131
Outros negócios	2.340	2.349
Total de vendas líquidas	44.634	41.454

31. Transações não caixa

Durante os anos de 2017 e 2016 a Companhia teve transações que não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Incorporação de subsidiárias e reorganizações societárias descritas na nota explicativa nº1.2;
- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota explicativa nº14.3;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota explicativa nº15.3;
- Provisionamento do imposto de renda diferido na nota explicativa nº20;
- Provisionamento de novas demandas judiciais na nota explicativa nº21;
- Transações com acionistas não controladores na nota explicativa nº24.7;
- Aumento de capital em Sendas com imobilizado na nota explicativa nº13;
- Reconhecimento de créditos tributários de ICMS, conforme nota explicativa nº 11.

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas

32.1 Mudança de participação em Cnova N.V.

Antecedendo o processo de alienação da participação societária na Via Varejo, em 24 de julho de 2016, foi finalizada reorganização das Holdings de forma a separar as Holdings de Via Varejo e CBD sobre Cnova NV, sem qualquer efeito de participação, ou nas demonstrações financeiras.

Em um segundo passo do processo de reestruturação, e com o objetivo de concentrar o negócio Não Alimentos em uma única entidade, foi efetuada e aprovada em todas as instâncias, uma reorganização societária com participação do controlador final Casino, GPA, Via Varejo, Cnova N.V. e Cnova Brasil.

Como resultado da transação em 31 de outubro de 2016, o capital social da Cnova Brasil passou a ser detido exclusivamente por Via Varejo, que deixou de deter participação em Cnova N.V.. De acordo com os termos e condições dos contratos de empréstimo existentes entre Cnova Brasil e Cnova N.V. (avaliados em aproximadamente US\$160 milhões no final de setembro de 2016), tal evento resultou na obrigação de pagamento antecipado de tais empréstimos, que foram pagos à Cnova N.V. pela Via Varejo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.1 Mudança de participação em Cnova N.V. – Continuação

Consequentemente, o GPA deixou de deter a maioria acionária de votos em Cnova N.V., perdendo o controle sobre esta subsidiária e, ainda, deixando de consolidar as subsidiárias que representam o segmento de comércio eletrônico no exterior.

De acordo com o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS5) até 31 de outubro de 2016 a Companhia divulgou o resultado líquido das subsidiárias que representam o segmento de comércio eletrônico no exterior (principalmente Cdiscount França) após os impostos em uma única linha na demonstração do resultado (da mesma forma para 31 de dezembro de 2015) e os saldos ativos e passivos como mantido para venda e operações descontinuadas. A partir desta data, os saldos de ativo e passivo foram baixados contra patrimônio líquido e as atividades de comércio eletrônico no exterior passaram a ser contabilizadas como equivalência patrimonial, em virtude da influência significativa mantida pela Companhia.

Seguem abaixo as demonstrações de resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa resumidos da Cdiscount antes das eliminações:

Balanço Patrimonial:

Ativo	31.10.2016
Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	621
Contas a receber	365
Estoques	900
Outros créditos	129
Total do ativo circulante	2.015
Não Circulante	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	38
Partes relacionadas	520
Outros créditos	14
Imobilizado	46
Intangível	423
Total do ativo não circulante	1.041
Total do ativo	3.056
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	1.319
Partes relacionadas	1.300
Outras contas a pagar	363
Total do passivo circulante	2.982
Não circulante	
Provisão para demandas judiciais	52
Outras contas a pagar	17
Total do passivo não circulante	69
Patrimônio líquido	5
Total do passivo	3.056

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.1 Mudança de participação em Cnova N.V. – Continuação

Seguem abaixo as demonstrações de resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa resumidos da Cdiscount antes das eliminações: – Continuação

Demonstração do Resultado	31.10.2016
Receita de venda de bens e serviços	5.509
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(4.973)
Lucro bruto	536
(Despesas) receitas operacionais	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(527)
Depreciação e amortização	(63)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(69)
	(659)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(123)
Resultado financeiro líquido	(9)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(132)
Imposto de renda e contribuição social	(24)
Resultado das operações descontinuadas	(156)
Atribuível:	
Acionistas controladores da Companhia	(48)
Participação dos acionistas não controladores	(108)

Além dos saldos da Demonstração do Resultado de 31 de outubro de 2016, o resultado de operações descontinuadas considera R\$(9) referente ao resultado de novembro e dezembro, totalizando R\$(165).

Fluxo de Caixa:	31.10.2016
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(998)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	54
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	950
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	(24)
Variação do caixa no período	(18)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.2 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar.

Durante 2017, surgiram determinados fatores externos fora do controle da Companhia, relacionados principalmente ao cenário macroeconômico, que fizeram com que o processo de venda não fosse concluído no período de um ano inicialmente planejado. O plano de venda de Via Varejo continua inalterado, e em conjunto com seus assessores financeiros, a Companhia revisou as próximas etapas e estima como altamente provável a conclusão do processo no decorrer de 2018.

Assim, conforme requerido no CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), a divulgação do resultado líquido da Via Varejo (e sua subsidiária Cnova Brasil) é incluída em uma única linha na demonstração do resultado após os impostos e os saldos ativos e passivos como mantido para venda e operações descontinuadas.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2017 e 2016 também incluem as operações descontinuadas em uma única linha, para o fluxo de caixa não há qualquer efeito da aplicação do IFRS 5 sendo divulgado nesta nota explicativa o efeito das operações descontinuadas. Os ativos e passivos disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$22.939 (R\$20.303 em 31 de dezembro de 2016) e R\$17.824 (R\$15.632 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente. O efeito do resultado com operações descontinuadas foi de um lucro de R\$383 em 31 de dezembro de 2017 (prejuízo de R\$1.005 em 31 de dezembro 2016).

A subsidiária Via Varejo S.A. ("Via Varejo"), possui ações negociadas na B3, sob o código "VVAR11" e "VVAR3".

Seguem abaixo as demonstrações consolidadas de resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa resumidos da Via Varejo antes das eliminações, incluindo efeitos da alocação do preço de compra nas aquisições de Globex e Casa Bahia:

Balanço Patrimonial (*):

Ativo	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.559	4.030
Contas a receber (i)	3.988	2.782
Estoques	4.379	3.054
Tributos a recuperar	219	581
Outros créditos	168	123
Total do ativo circulante	12.313	10.570
Não Circulante		
Contas a receber	224	204
Tributos a recuperar	2.725	2.317
Outras contas a receber	940	615
Imposto de renda e contribuição social diferidos	354	289
Partes relacionadas	539	681
Investimento em controladas e associadas	89	144
Imobilizado	1.711	1.550
Intangível	4.287	4.170
Total do ativo não circulante	10.869	9.970
Total do ativo	23.182	20.540

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.2 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

Balanço Patrimonial (*):

Passivo	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		
Fornecedores	7.726	5.618
Fornecedores convênio	437	489
Empréstimos e financiamentos (i)	3.802	3.532
Partes relacionadas	139	189
Outras contas a pagar (ii)	2.177	2.231
Total do passivo circulante	14.281	12.059
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (i)	397	407
Imposto de renda e contribuição social diferidos	839	849
Outras contas a pagar (ii)	2.380	2.329
Total do passivo não circulante	3.616	3.585
Patrimônio Líquido	5.285	4.896
Total do passivo e patrimônio líquido	23.182	20.540

(*) Antes das eliminações do saldo de partes relacionadas com GPA no valor de R\$243 no ativo e R\$73 no passivo. Do total do saldo de mantido para venda do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, R\$22 refere-se à reclassificação de um terreno da CBD para disponível para venda.

(i) Inclui saldo de financiamento por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) cujo valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.382 no ativo (R\$2.138 em 31 de dezembro de 2016) e R\$3.466 no passivo (3.002 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Inclui saldo de R\$ 1.374 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.662 em 31 de dezembro de 2016) de receita antecipada referente a adiantamento recebido da Zurich Seguros (garantia estendida e seguros) e do Bradesco (operação de cartões e correspondente bancário).

	Nota	2017	2016
Efeitos na controladora			
Reclassificação de investimento para mantido para venda	13.1	1.889	1.722
Reclassificação de ágio para mantido para venda	15	179	179
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas		2.068	1.901

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.2 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

Demonstração do Resultado (*)	31.12.2017	31.12.2016
Receita de venda de bens e serviços	25.690	23.215
Custo das mercadorias vendidas	(17.343)	(16.201)
Lucro bruto	8.347	7.014
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.791)	(6.084)
Depreciação e amortização	-	(207)
Resultado de equivalência patrimonial	26	30
Outras despesas operacionais, líquidas	(218)	(389)
	(6.983)	(6.650)
Lucro antes do resultado financeiro	1.364	364
Resultado financeiro líquido	(770)	(1.075)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	594	(711)
Imposto de renda e contribuição social	(161)	(34)
Lucro (prejuízo) do exercício	433	(745)
Atribuível:		
Acionistas controladores da Companhia	187	(268)
Participação dos acionistas não controladores	246	(477)

(*) Via Varejo passou a consolidar Cnova Brasil em 31 de outubro de 2016, desta forma, o resultado de 2016 acima é a soma, dos resultados de Via Varejo e Cnova Brasil com as devidas eliminações a partir de 1º de janeiro de 2016. Antes das eliminações de saldos de partes relacionadas com GPA:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Receita líquida de vendas	(36)	(22)
Custo das mercadorias vendidas	(8)	(7)
Despesas com Vendas	-	1
Despesas gerais e administrativas	(1)	-
Resultado financeiro	21	5
Imposto de renda e contribuição social	6	6
Total	(18)	(17)

Adicionalmente, foi efetuada uma reclassificação de custos incorridos na Controladora basicamente relacionada a custos indenizatórios de contingências oriundas de períodos anteriores à aquisição, pagos a Via Varejo. Nos termos do IFRS 5, tais custos foram reclassificados para atividades descontinuadas no montante de R\$32 em 31 de dezembro de 2017 (R\$77 em 31 de dezembro de 2016).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

32.2 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

Fluxo de Caixa:	31.12.2017	31.12.2016
Caixa gerado pelas atividades operacionais	70	(2.636)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(333)	(237)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades financiamento	(208)	226
Variação de caixa no exercício	(471)	(2.647)

32.3 Valor justo Via Varejo

Ainda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) o investimento da Via Varejo deve ser reconhecido considerando o menor entre o valor contábil dos ativos líquidos e o valor de mercado menos custo da venda.

A Companhia estima que o valor de mercado menos custo da venda da Via Varejo é superior ao valor contábil dos ativos líquidos, considerando a cotação média recente da ação da Via Varejo.

33. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2017, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura	
		Controladora	Consolidado
Imobilizado e estoques	Riscos operacionais	10.757	16.369
Lucro	Lucros cessantes	6.046	8.338
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	387	412

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$100, responsabilidade civil administradores no valor de R\$134, coberturas de risco de proteção e fraudes (Crime) no valor de R\$35 e risco de proteção de danos e responsabilidade Cibernética (Cyber) no valor de R\$32. Totalizando o valor de cobertura R\$301.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

34. Eventos subsequentes

34.1 15ª emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Em 15 de janeiro de 2018 foram emitidas 800.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais) e valor total de R\$800. As Debêntures terão prazo de vigência de 3 anos contados da data de emissão.